

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

GEANE BEATRIZ BARZ MATIELLO

**O CURSO DE JORNALISMO DA UCPEL: FORMAÇÃO PARA A
CIDADANIA?**

Pelotas
2015

GEANE BEATRIZ BARZ MATIELLO

**O CURSO DE JORNALISMO DA UCPEL: FORMAÇÃO PARA A
CIDADANIA?**

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais da Universidade Católica de Pelotas como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Política Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Myriam Siqueira da Cunha

Pelotas
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M444c Matiello, Geane Beatriz Barz
 O Curso de Jornalismo da UCPEL: formação para a cidadania. /
 Geane Beatriz Barz Matiello. – Pelotas: UCPEL, 2015.

 99f.
 Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de
 Pós-Graduação em Política Social, Pelotas, BR-RS, 2015. Orientadora:
 Myriam Siqueira da Cunha.

 1.educação. 2.jornalismo. 3. cidadania. I. Cunha, Myriam Siqueira da, or.
 II. Título.

CDD 070.07

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema da Biblioteca - UCPEL

MATIELLO, Geane B.B. O curso de Jornalismo da UCPEL: formação para a cidadania? Pelotas, 2015. 99 f. Dissertação (Mestrado em Política Social). Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais da Universidade Católica de Pelotas.

O CURSO DE JORNALISMO DA UCPEL: FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA?

BANCA EXAMINADORA

Presidente e orientador Prof. (a) Dr. (a) Myriam Siqueira da Cunha (UCPel)

1º Examinador Prof. (a) Dr. (a) Mara Rosange Acosta de Medeiros (UCPel)

2º Examinador Prof. (a) Dr. (a) Michele Negrini (UFPel)

Pelotas, ____ de _____ 2015

DEDICATÓRIA

Ao Fabrício, por ser incansável no incentivo à realização deste mestrado, por acreditar que seria possível a aquisição deste título e por me possibilitar mais essa conquista. Amor pra toda a vida!

À Giovanna, o presente mais precioso e abençoado que Deus me deu. Com ela aprendi que a felicidade está nas pequenas coisas e que a capacidade de amar é muito maior do que se pode imaginar. A vida se justifica!

Ao meu pai, Idemar, pelo otimismo, pelo estímulo e por estar tão presente em minha vida.

Agradecimentos

À professora Myriam pelas orientações, pelos ensinamentos, pela compreensão dos momentos vividos e pelo acolhimento, mesmo quando as minhas apreensões traziam-me dúvidas em torno da possibilidade de concluir este trabalho. Exemplo de dedicação ao magistério.

À professora Michele pela amizade que há tanto tempo me dedica e por compartilhar comigo toda a sua experiência no curso de Jornalismo da UFPel quando lá atuei como professora temporária.

À professora Mara pela pronta disposição de participar da banca de avaliação e assim me auxiliar no crescimento acadêmico.

Ao professor do Curso de Jornalismo da UCPel, Marcus Paulo Spohr, por ter me proporcionado o acesso aos trabalhos dos alunos, permitindo assim, a realização desta pesquisa.

Resumo

Este trabalho versa sobre a cidadania, suas concepções e sua aplicação na atualidade. Buscou identificar os vários conceitos existentes, o significado e as configurações sobre a expressão cidadania no contexto social contemporâneo. Abordou o jornalismo como instrumento da cidadania na formação da sociedade e a importância da educação nesse processo. Para isso, foram utilizados material bibliográfico, artigos científicos e as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) como balizadoras na apreciação dos Projetos Experimentais/TCC's dos alunos de Jornalismo da Universidade Católica de Pelotas, formados em 2014, foco do estudo. Foram analisados dezenove PE/TCC's e a partir daí, observada a relação ou não dos temas estudados com a questão da cidadania. Em nove dos trabalhos analisados foram tratadas questões relativas ao tema cidadania e aos elementos contidos nas DCN's, norteadores desta pesquisa. Em dez dos trabalhos estudados não foram abordados o tema cidadania ou questões a ele ligadas, conforme as DCN's.

Palavras-chave: Educação. Jornalismo. Cidadania.

ABSTRACT

This work deals with citizenship, their concepts and their application today. Sought to identify the various concepts, the meaning and settings on the expression citizenship in the contemporary social context. He approached journalism as a citizenship tool in shaping society and the importance of education in this process. For this, we used bibliographical material, research papers and the new National Curricular Guidelines (DCN's) as balizadoras in assessing the Experimental Projects / TCC's of Journalism students at the Catholic University of Pelotas, formed in 2014, focus of the study. Nineteen PE / TCC's were analyzed and from there, observed the relationship or not the subjects studied the question of citizenship. In nine of the analyzed work issues were addressed relating to the subject citizenship and items included in the DCN's, guiding this research. In ten of the studies reviewed were not addressed the issue citizenship or issues connected with him, as the DCN's.

Keywords: Education. Journalism. Citizenship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Projeto Experimental/TCC 1	48
Figura 2: Projeto Experimental/TCC 2	49
Figura 3: Projeto Experimental/TCC 3	50
Figura 4: Projeto Experimental/TCC 4	51
Figura 5: Projeto Experimental/TCC 5	52
Figura 6: Projeto Experimental/TCC 6	54
Figura 7: Projeto Experimental/TCC 7	55
Figura 8: Projeto Experimental/TCC 8	56
Figura 9: Projeto Experimental/TCC 9	57
Figura 10: Projeto Experimental/TCC 10	58
Figura 11: Projeto Experimental/TCC 11	59
Figura 12: Projeto Experimental/TCC 12	61
Figura 13: Projeto Experimental/TCC 13	62
Figura 14: Projeto Experimental/TCC 14	67
Figura 15: Projeto Experimental/TCC 15	69
Figura 16: Projeto Experimental/TCC 16	73
Figura 17: Projeto Experimental/TCC 17	77
Figura 18: Projeto Experimental/TCC 18	84
Figura 19: Projeto Experimental/TCC 19	87

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CIDADANIA E JORNALISMO	16
2.1	CIDADANIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA	16
2.2	JORNALISMO COMO INSTRUMENTO DE CIDADANIA	22
3	A FORMAÇÃO DO JORNALISTA	29
3.1	O ENSINO DO JORNALISMO NO BRASIL	29
3.2	DIRETRIZES E CONTEÚDOS CURRICULARES	35
3.3	A FORMAÇÃO DO JORNALISTA NA UCPEL	41
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	45
5	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	47
5.1	Projetos Experimentais sem referência à questão da cidadania e seus elementos	48
5.2	Projetos Experimentais que fazem referência, de forma parcial, à questão da cidadania e seus elementos	59
5.3	Projetos Experimentais que fazem referência, de forma satisfatória, à questão da cidadania e seus elementos	73
6	SÍNTESE DOS DADOS ANALISADOS	91
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
	REFERÊNCIAS	95

1 INTRODUÇÃO

O ensino superior de jornalismo no Brasil completará 70 anos em 2017. Muita coisa mudou nesse tempo todo, porém, permanece a discussão, em diferentes espaços, sobre elementos conceituais e éticos da atuação do jornalista. Na academia, desde o início dos cursos, persiste a discussão a respeito da formação acadêmica desse profissional.

Sempre foi latente, nesse debate, a questão da formação do jornalista e suas interfaces com a cidadania. Essa questão vai se consolidando, entre outras formas, por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo (2013), que projetam o egresso do curso como “agente da cidadania”.

Nesse contexto nasce esta dissertação de mestrado, que, ainda de maneira introdutória, busca, a seguir, apresentar a complexa relação entre jornalismo e cidadania.

O princípio da cidadania moderna se caracteriza pela busca por direitos de pertencimento, democracia e participação social (BELLO, 2007; COUTINHO, 1999, DAGNINO, 2004; LAVALLE, 2003; VIEIRA, 2005).

Modernamente, não se pode entender a cidadania sem buscar mecanismos capazes de reduzir as desigualdades sociais, pois a exclusão – ou a não inclusão – dos indivíduos na sociedade é um dos principais fatores de afetação da cidadania.

No Brasil, essas questões já se manifestavam no final do século XIX, porém emergem de forma mais evidente a partir do fim da ditadura militar, em 1985, quando a sociedade civil brasileira exigia seus direitos de cidadania (GENTILLI, 2004).

Nesse período, lutaram pelo direito de escolher seus governantes, de ter uma constituição gerindo o funcionamento do convívio social e o direito de estar presente e acompanhar as decisões que envolviam o desenvolvimento do país.

Gentilli (2013) salienta que aí reside grande parte da importância do papel do jornalismo que consiste em desempenhar uma função intelectual no que diz respeito à explicação dos fatos. Caldas (2005) ainda lembra que o

jornalista não pode ser apenas um informante que produz as mais diversas versões sobre os acontecimentos.

O que se percebe, é que para ao autor, o jornalista faz com que o indivíduo, receptor de sua mensagem, forme sua opinião acerca dos fatos a partir da informação que recebe.

Gentilli (2004) vai além, diz que o jornalismo e os jornais foram, ao longo do tempo, se solidificando como uma prática social e uma instituição social no mesmo momento histórico em que a noção moderna de cidadania vai se consagrando no mundo ocidental. Para ele, a imprensa ganha importância e age em busca de resultados, consequência da conquista do que hoje chamamos de liberdade de manifestação e expressão. E completa: “é o processo de alargamento e ampliação dos direitos de cidadania que vai resultar na democracia” (GENTILLI, 2004, p. 2).

E o jornalismo exerce função importante nesse contexto. O sujeito passa a perceber seus direitos, muitas vezes, por meio dos veículos de comunicação.

Guareschi (2006, p. 30) assegura que “a comunicação hoje constrói a realidade”. Para ele, a realidade pode ser definida sobre o que realmente existe, o presente, o que tem valor, aquilo que traz respostas. O autor ainda afirma que a realidade é o fato que tem significado, aquilo que dá densidade significativa ao nosso cotidiano.

Pode-se deduzir que os meios de comunicação, hoje, pautam o dia a dia da sociedade de um modo geral. Agem de forma direta na vida das pessoas.

Por sua vez, Moraes Junior (2007, p. 3) diz que “[...] o jornalismo só tem sentido social se pautar informações que tenham por base os direitos humanos, a democracia e a cidadania”. Entendamos, assim, que esses deveriam ser os princípios a conduzir os objetivos do jornalismo e do jornalista. Eis aí sua responsabilidade.

Assim, pode-se apontar que uma das finalidades dos *mass media*¹ é apontar injustiças, falhas, e tentar contribuir para que possam ser corrigidas, mudadas pelo sistema. Devem também proporcionar à sociedade civil discutir, debater sobre o exercício do poder (SANTOS, 2006).

¹Meios de comunicação de massa, meios de massa, imprensa (TRAQUINA, 2004, p. 35).

Por isso, Caldas (2005, p. 87) observa: “pensar, refletir e agir. São três verbos cujas conjugações não podem mais estar ausentes do sistema de ensino do comunicador em geral e do jornalista em particular”.

Moraes Júnior (2011) diz que a formação do jornalista demanda uma educação que alargue seus horizontes de percepção e de visualização do homem e do mundo. Segundo ele, deve-se abortar a limitação que há em muitas grades curriculares que se contentam em oferecer o que de mais técnico e abstrato há no ensino da profissão. Para ele, “formar jornalistas para a cidadania é formar jornalistas a serviço do interesse público” (MORAES JÚNIOR, 2011, p. 72).

Docentes e cursos de graduação, precisam estabelecer em suas grades curriculares, metodologias de estímulo para trabalhar com seus acadêmicos os princípios da cidadania para neles despertar a necessidade e a vontade de entendê-la, praticá-la e promovê-la em seu dia a dia.

Esse é um dos pressupostos externados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Jornalismo (2013). Diz o documento que o jornalista formado deve aprender e ter uma concepção generalista, humanista, crítica e compreensiva, devendo atuar como agente da cidadania. Almeida (2012) enfatiza que, para completar a formação de um profissional, dentro de uma proposta didática e transdisciplinar, é necessário, ainda, que se tenham conteúdos que estimulem o pensamento lógico, primem pela educação para a mídia e ensinem o jornalista a conviver com a convergência midiática.

Porém, é necessário evitar a banalização do papel do jornalista contemporâneo, sua formação deve mobilizá-lo a ser um ator social que desempenha a função de mediador e intérprete dos fatos, que pensa na coletividade, que seja protagonista da transformação social.

Zambon (2008) faz referência à coparticipação que tem uma educação eficaz e preocupada em formar cidadãos comprometidos com o processo de transformação social. E sob esse aspecto, segundo ele, a comunicação exerce uma função essencial. A formação deve, hoje, ser estimulada por um projeto educacional de ensino-aprendizagem que valorize os saberes entre educador e educando.

Santos (2006, p. 16) ainda afirma que os sujeitos que integram os *mass media* devem ser formados para agir como cidadãos ou contribuir com seu

trabalho para a formação da cidadania, tendo claro seu papel de agentes educadores e sua responsabilidade social “no sentido em que possuem o poder de informar e formar a opinião pública, constituindo muitas vezes a única fonte de informação, por exemplo, das camadas mais jovens”.

Percebendo o significado que adquire a formação do jornalista, a partir da minha trajetória profissional fui despertada para a importância de compreender de forma mais sistemática o contexto em que ocorre essa formação em nível universitário.

Para aprofundar esse entendimento, será realizado um estudo de caso exploratório, tendo como unidade de análise o curso de jornalismo da Universidade Católica de Pelotas e como fonte de dados os Projetos Experimentais/Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's), a fim de conhecer a concepção de cidadania e suas manifestações nos trabalhos acadêmicos finais dos alunos do curso.

Almeida (2012) observa que tais produções possibilitam ao acadêmico articular conhecimentos adquiridos durante sua trajetória acadêmica, pois, conhecer novos saberes teórico-metodológicos e aprofundar-se em questões reflexivas aprimorando-se num ambiente, cuja base de sustentação é a cultura de pesquisa, pode despertar ou aguçar nesse aluno sua responsabilidade como protagonista social.

Nesta pesquisa o jornalismo é entendido como instrumento de poder da sociedade, por meio do qual os cidadãos tomam consciência da realidade. Com essa compreensão, foram formuladas as seguintes questões de pesquisa: a) Como a questão da cidadania é tratada e aparece na formação do jornalista da UCPel?; b) Como o tema cidadania é contemplado nos Projetos Experimentais/TCC's do curso de Jornalismo da UCPel no ano de 2014?

De cunho exploratório, o presente estudo teve como objetivo geral conhecer a formação para a cidadania dos discentes do curso de Jornalismo da UCPel, por meio da produção acadêmica de final de curso.

Para isso, refletiu-se sobre o jornalismo como instrumento de cidadania; percebeu-se a relação entre a cidadania e a formação do jornalista da UCPel e analisou-se os Projetos Experimentais/TCC's do curso de Jornalismo da UCPel, voltados para a questão cidadania.

Assim, esta dissertação está organizada em seis seções: a primeira

introduz a temática abordada, justificando a sua escolha, suas questões de pesquisa e explicando os objetivos do estudo. A segunda seção trata da Cidadania e Jornalismo, dividida em subseções que são: Cidadania Moderna e Contemporânea e Jornalismo como Instrumento da Cidadania. Na primeira subseção, são abordados os novos conceitos de cidadania no contexto atual da sociedade moderna. Na segunda, se fez um estudo sobre sua aplicação ao jornalismo, este servindo como ferramenta de condução dos conceitos mencionados para a concretização da cidadania.

A terceira seção diz respeito à Formação do Jornalista, dividindo-se em três subseções que são: O Ensino do Jornalismo no Brasil, Diretrizes e Conteúdos Curriculares e A Formação do Jornalista na UCPel. A primeira faz um breve histórico sobre o surgimento e os avanços do ensino do curso de Jornalismo no Brasil. A segunda fala das Diretrizes Curriculares Nacionais homologadas em setembro de 2013 e que rege o funcionamento dos cursos. A terceira subseção trata da formação do jornalista na Universidade Católica de Pelotas, objeto deste estudo.

A quarta seção versa sobre os procedimentos metodológicos utilizados para a realização desta pesquisa, fazendo um delineamento da parte teórica, explicando suas fases e etapas. Também esta seção ilustra quais os procedimentos usados para a coleta de dados, ou seja, o material que foi utilizado e ainda os procedimentos empregados na análise e interpretação dos dados. Nela se leva em conta os elementos obtidos por meio da observação de tudo o que foi encontrado sobre o tema e que delimitam a análise feita.

A quinta seção desta dissertação parte para a análise e apresentação dos dados, onde há a exposição das informações adquiridas por meio da observação dos objetos estudados. Faz parte dela a subseção que faz uma síntese dos dados analisados. Em seguida parte para a seção seis com as considerações finais.

2 CIDADANIA E JORNALISMO

2.1 CIDADANIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA

Segundo Neves (2009, p. 26), “cidadania é um conceito político, pertinente a uma sociedade que se pensa em referência a fundamentos políticos”. Ela se define pelo respeito ao interesse geral, auscultado a partir das decisões livremente tomadas pelo povo.

Todavia, não basta atribuir a ele, o povo, a tarefa de decidir sobre o rumo a seguir, pois tal decisão precisa estar fundada no necessário esclarecimento, capaz de gerar um pronunciamento racional e sólido.

Tida como uma forma nova de conquista, a cidadania se caracteriza pela constante mudança social e individual do homem e apesar de ser tão pronunciada ultimamente, trata-se de uma expressão já conhecida em séculos passados. Modernamente, a ideia de cidadania está associada a de interesse público.

Tal entendimento se ampliou atingindo a noção de “cidadania global”, traduzida na ideia de “cidadão do mundo”, pessoa que age não somente nos limites locais e se insere em redes de caráter internacional vinculadas a temas como ecologia, justiça e democracia (PINSKY, 2014, p. 549).

Em passado remoto, a cidadania expressava a forma de pensar e representar a transformação social e o sistema vigente, caracterizado pela opressão da classe burguesa existente na época. No século XVIII, por exemplo, todo indivíduo era dotado de liberdade, mas reprimido pelo poder dos soberanos. Não era considerado cidadão.

No entanto, isso começa a mudar a partir das ideias de Rousseau. Ele ressalta a necessidade do homem de se manifestar, de se “autogovernar”, de dividir o poder entre os súditos da monarquia, aprendendo a reger o funcionamento da sociedade em que vivia (GENTILLI, 2013).

O autor lembra que a cidadania ganha importância em seu significado com os povos gregos e romanos. Moraes Júnior (2011, p.10) é enfático ao citar Aristóteles (384-322 a.C.) e sua percepção em relação ao núcleo celular que envolvia a temática cidadania: “a dimensão política [...] o poder de governar e o

direito de ser governado”.

Passou-se, também, por experiências nas quais o Estado voltava os esforços de educação dos indivíduos para a finalidade de torná-los aptos a firmar os princípios de nação ou cidade, sem ministrar-lhes conhecimento suficiente para que despertassem os ideais de cidadania.

Com a evolução das noções de participação e inclusão, o ser humano passou a perceber sua capacidade de exercer seus direitos, cumprir deveres e conquistar igualdade de existência. As concepções de cidadania evoluíram e hoje representam diversas formas de existência dos cidadãos. Elas servem de parâmetro para análises, expressando distintas formas de conceber e exercer direitos e de participar na sociedade.

Marshall apresenta três níveis de direitos: civis, políticos e sociais. Para ele o exercício da cidadania está fundado na igualdade humana básica de participação, que envolve os três graus de direitos.

O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça... Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo [...] O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade (MARSHALL, 1967, p.63).

Com base no que diz Barbalet (1989, p. 12) a cidadania pode ser descrita como “a participação numa comunidade ou como a qualidade de membro dela. Tipos diferentes de comunidade política dão origem a diferentes formas de cidadania”. O autor enfatiza que, concordando com Marshall, a cidadania surgiu a partir do aparecimento do capitalismo, o que fez com que a sociedade, automaticamente fosse dividida, caracterizada por classes, *status*, onde as pessoas tornaram-se diferentes pelo que têm.

De acordo com ele, uma das formas de se estabelecer a “igualdade” era garantir os direitos civis, políticos e sociais dos cidadãos (BARBALET, 1989).

Entretanto, o autor lembra que para isso são necessárias instituições sociais com bases sociais distintas e que mantém, na maioria das vezes, uma

relação conflitante, de disputa e discordância de decisões, o que atinge os grupos sociais, reforçando as diferenças entre eles.

O que quer dizer que a cidadania compreende elementos que não são necessariamente cortados do mesmo pano e que mantêm relações diferentes com grupos sociais distintos e uns com os outros (BARBALET, 1989, p. 19).

Para Dagnino (1994), a “disputa” de forças institucionais é consequência do autoritarismo social e da hierarquização das relações sociais, onde os interesses das minorias são postos em segundo plano e substituídos por interesses particulares institucionais e de gestores. Para ela, essa característica que prevalece na democracia contemporânea se reflete como um forte obstáculo para a construção da participação popular.

Coutinho (1999) diz que a aquisição da cidadania, o fazer de um indivíduo um cidadão, é consequência de um movimento de postulação, de reivindicação constante ao reconhecimento de direitos, que são inerentes a uma sobrevivência digna.

A cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado (COUTINHO, 1999, p. 42).

No entanto, Arendt (1987) lembra que a cidadania, apesar de ser uma condição essencial a todo o ser humano, não nasce com ele, precisa ser permanentemente conquistada, o que faz parte da sociedade atual, onde todos buscam igualdade, reconhecimento e atuação.

Ao se falar em educação no contexto atual, o termo cidadania é um dos que mais relevância recebe, haja vista as suas implicações nos relacionamentos interpessoais e do indivíduo para com o Estado (NEVES, 2009).

O conceito do ser humano como cidadão já teve seu auge em épocas passadas, em especial como base do discurso político. Hoje, embora ainda tenha circunstancialmente tal conotação, adota-se a ideia do cidadão como sinônimo de pessoa inserida legitimamente na sociedade, consciência dos seus direitos e deveres, apta ao convívio em condições de igualdade com os

demais membros da coletividade.

Nessa criação de uma nova sociedade, surge a percepção de uma nova cidadania, contemporânea, nomeada por alguns autores como “cidadania moderna” ou ainda “cidadania ampliada” (DAGNINO, 2004, p. 103).

Pode ser definida, de forma genérica, como a busca pelo reconhecimento de direitos, do direito a ter direito, do direito à diferença, do direito de participação, do direito de se ter conhecimento sobre a realidade, dos direitos individuais e dos direitos coletivos. “É a cidadania na chamada ‘era dos direitos’ – dimensões de participação e pertencimento” (BELLO, 2007, p. 136).

Durante muitos séculos o vínculo social, entendido como a efetiva integração das pessoas em grupos organizados, teve fundamento na chamada “solidariedade mecânica”. Nela, os indivíduos convivem em forma de agrupamentos cujo fator de manutenção da modalidade associativa consiste “em certa conformidade de todas as consciências particulares com um tipo comum, que é o tipo psíquico da sociedade” (NEVES, 2009, p. 22, *apud* KURKHEIM, 1967, p. 73).

Na cidadania moderna estão inseridas novas práticas e articulações que querem os indivíduos integrantes de uma sociedade. Entre elas está a democracia, entendida como o exercício de participação ativa de todos no que diz respeito às decisões estatais e sociais.

Coutinho (1999) enfatiza que a democracia é construída por meio do coletivo em um espaço público de participação consciente de todos os cidadãos que buscam o controle da esfera pública.

Para o autor, o exercício da democracia, cidadania e da participação estão entrelaçadas, haja vista se enquadrarem num mesmo argumento, o de que ambos permeiam o desejo de aquisição de direitos e demonstração de existência.

Moraes Júnior (2005, p. 21) destaca que a cidadania não é um “conceito estanque. Ao contrário, é um conceito histórico, variando no tempo e principalmente no espaço”. Por isso, ela se moderniza, se atualiza e se modifica.

Para Lavallo (2003, p. 88) “a cidadania tornou-se expressão de um *status* de direitos universais para os membros de determinada comunidade política”. Coutinho (1999) diz que os direitos são fenômenos sociais, resultados

da história. São demandas formuladas, em dado momento histórico determinado por classes ou grupos sociais.

A aceitação da própria posição no meio coletivo figura como um dos mecanismos de apaziguamento (NEVES, 2009, p. 28). Assim, ao mesmo tempo em que conservam os vínculos sociais ainda que na presença de disputas entre as várias estratificações da coletividade, a educação solidifica o vínculo político. Assim se criaria o sentido de nação, com a escola produzindo consciência de cidadania.

Vieira (2005) diz que o século XXI é caracterizado pelos chamados “direitos de terceira geração” que têm seu estabelecimento nos “novos movimentos sociais”. Segundo ele, essa terceira geração não busca os direitos individuais, pessoais, mas os direitos inerentes aos grupos humanos, àqueles que dizem respeito aos interesses difusos, como direitos das mulheres, do consumidor, do meio ambiente, das minorias étnicas, e assim por diante.

A cidadania, definida pelos princípios da democracia, constitui-se na criação de espaços sociais de luta (movimentos sociais) e na definição de instituições permanentes para a expressão política (partidos, órgãos públicos), significando necessariamente conquista e consolidação social e política (VIEIRA, 2005, p. 40).

Sob essa ótica, fatores como a participação popular, a democracia e a aquisição e consolidação de direitos elevam a sobrevivência humana. Também lhe proporcionam expressar-se nos mais diversos matizes, fazendo de uma sociedade um círculo de trocas, de mudanças, de conquistas e de perdas, garantindo a feitura de vontades e a manifestação de opinião, superando uma alienação por vezes imposta ou adquirida.

No atual quadrante da evolução social brasileira, enfatiza-se uma série de elementos que dizem respeito à necessidade de, cada vez mais, esclarecer ao indivíduo qual é o seu lugar no meio coletivo, em atenção à ideia de contrato social.

Em vista disso, surge a preocupação em debater, discorrer e acentuar posicionamentos acerca de questões como a inclusão, a exclusão, a violência, e, especialmente, a cidadania (NEVES, 2009, p. 18). O objetivo final consiste em demonstrar que, o *locus* destinado a cada ser humano é aquele que mais se aproxima do ideal de igualdade, de maneira que quanto mais as pessoas se

aproximarem em direitos e deveres tanto melhor e mais justo será o ambiente social.

Dagnino (1994) nos remete à ideia de que cidadania consta na reclamação de ingresso, de acesso, de inclusão. Enfatiza que aquele que exerce sua cidadania exerce sua força de pertencimento ao sistema político, já que o que importa é o direito de participação efetiva, de decisão das definições, demarcações, regramentos desse sistema. É “a invenção de uma nova sociedade” (DAGNINO, 1994, p. 109).

Para as situações de exclusão social, a melhor alternativa é a preparação dos indivíduos para o exercício da cidadania. A desestruturação dos vínculos sociais é uma das principais causas de exclusão das pessoas no seu meio de convivência.

Cabe verificar qual é a fonte adequada para que se prepare a inclusão desses indivíduos. Entre as que mais vêm demonstrando efeitos positivos destaca-se a escola, que tem conseguido restabelecer a higidez dos vínculos sociais por meio de tratamento destinado a incutir nos educandos a sua relevância no complexo de relações que permeiam a coletividade.

A prioridade que se confere à escola como mecanismo capaz de atingir tais resultados deriva da circunstância de que nela estão os jovens, de modo que são obtidas respostas favoráveis em menor espaço de tempo (NEVES, 2009, p. 19).

A escola é o primeiro espaço público e institucional onde uma criança encontra os demais membros da sociedade, sejam eles outras crianças ou adultos cumprindo funções oficiais. É um espaço onde o jovem há de conviver com os seus pares a ele iguais, pelo menos em princípio. Logo, a escola é considerada o melhor lugar para aprender a cidadania (NEVES, 2009, p. 20).

Para Moraes Júnior (2005, p. 36), cidadania “é mais que a consciência de estar no mundo: é ter também a consciência de participar dele e, por isso, ter compromissos e responsabilidade com ele”.

Tão maior será a importância da consciência coletiva quanto mais comunitária se revelar a sociedade. Os valores e preceitos dessa espécie de comunidade se fazem, sobretudo, por meio da escola, como espaço de difusão e solidificação de elementos de coesão social. Sendo esse um dos papéis essenciais da escola (NEVES, 2009).

Perceptível, destarte, que a escola e a educação se juntam como elementos decisivos para a obtenção dessa coesão social. Tal quadro encontra sólido fundamento no abalizado dizer de Rousseau, para quem são essenciais a escola e a educação para o funcionamento da República dos cidadãos (NEVES, 2009, p. 25).

Entretanto, a função da escola se projeta para muito além disso, pois não basta congregiar pessoas em torno de uma consciência coletiva. É preciso fazer com que elas desenvolvam uma consciência cidadã.

A universidade precisa desempenhar essa função na promoção do jornalista, aliando educação, cidadania e jornalismo, para que o jornalista possa desempenhar o papel de construtor/promotor da cidadania.

2.2 JORNALISMO COMO INSTRUMENTO DA CIDADANIA

A comunicação faz parte da natureza humana e transmite aos indivíduos mensagens e significados que serão decodificados pelos seus receptores.

Todo profissional de comunicação, ao se formar e adentrar no mercado de trabalho precisa ter discernimento de seu papel social, da sua responsabilidade diante dos fatos apresentados e opiniões dadas.

Os indivíduos, vistos como receptores de informação, não operam como seres meramente passivos, mas de maneira muito próxima à *agenda setting*², elegem, recusam ou aceitam as mensagens e, ao adotar essa função seletiva e atuar como veículos do diálogo, continuam esse mesmo processo reconstrutor do meio social (BARROS FILHO, 1995, p. 116).

O jornalista, no exercício de sua profissão, transforma-se em sujeito, “historiador do cotidiano” e responsável pela “construção do imaginário social” (CALDAS, 2005, p. 86).

Ser jornalista significa estabelecer um diálogo com a sociedade e contribuir para o desenvolvimento de seres humanos, tornando-os capazes e aptos a fazer escolhas conscientes que irão influenciar no ambiente social em que vivem: “o jornalismo é também produto de uma construção, de uma ação” (MORAES JÚNIOR, 2005, p. 49).

² As pessoas agendam seus assuntos e suas conversas em função do que a mídia veicula. (BARROS FILHO, 1995, p. 169).

Caldas (2005) segue seu raciocínio no que diz respeito a se estabelecer uma rediscussão da formação e do papel do jornalista, que precisa ser valorizado como um “intelectual na interpretação dos acontecimentos e não apenas um mero contador de fatos com suas múltiplas versões” (CALDAS, 2005, p. 89).

Essa relação entre comunicação e cidadania estabelecida por muitos percorre diversos vieses na busca pelo entendimento do que se pretende definir como jornalista cidadão. Aquele que quer informar eticamente, aquele que quer contribuir para o desenvolvimento social, aquele que deseja ser uma ferramenta de conhecimento do receptor.

No entanto, conforme Moraes Júnior (2007, p. 2) a matéria-prima do jornalismo, a notícia, é trabalhada, seguindo interesses, sejam eles econômicos ou políticos.

O “campo jornalístico” começou a ganhar forma nas sociedades ocidentais, durante o século XIX, com o desenvolvimento do capitalismo e, concomitantemente, de outros processos que incluem a industrialização, a urbanização, a educação em massa, o progresso tecnológico e a emergência da imprensa como “*mass media*” (TRAQUINA, 2005, p. 20).

Bourdieu (1997) seguindo tal análise estabelece o campo jornalístico, lugar onde há a oposição entre as duas conexões do jornalismo: o sensacionalismo, o “vender a notícia a qualquer custo” e a notícia ética, analítica e comentada, cuja primazia está ligada à verdade dos fatos, sem versões duvidosas ou “achismos”.

Ele enfatiza ainda que esse campo jornalístico também é objeto de legitimação dos dois lados, o dos que fazem a notícia e o dos que a recebem.

Nesse sentido, Traquina (2004) estabelece dois polos do campo jornalístico. Diz ele que há o polo positivo, referindo-se ao ideológico; e o polo negativo, o econômico. Bourdieu (1997, p. 103) os define como “polo intelectual e polo comercial”. Para Traquina (2004), o primeiro é o que comporta o exercício da cidadania, onde a defesa dos direitos dos cidadãos frente aos abusos de poder deve ser feita por meio de estratégias comunicacionais, suas ideias e valores, mesmo que haja “a existência de uma estreita relação entre um campo de produção e um campo de consumo” (AUGUSTI, 2010, p. 11).

Augusti (2010) faz sua análise seguindo as ponderações de Traquina (2004) e Bourdieu (1997). Diz ele que o campo jornalístico em seus dois polos são influenciadores e sustentadores de uma realidade social, transformando cidadãos ou formando cidadãos. “A lógica comercial do campo jornalístico faz ressaltar o aspecto sedutor da informação em detrimento do saber que está ligado àqueles princípios básicos do campo jornalístico junto à democracia e ao cidadão” (AUGUSTI, 2010, p. 8).

Traquina (2004) situa três níveis relacionando a notícia como fator de construção social. No primeiro deles, há a interação dos jornalistas com várias fontes de informação o que desencadeia a criação de acontecimentos, já que há várias versões. No segundo nível, há a interação entre os jornalistas dentro e fora das salas de redações. Para o autor, são eles os definidores das notícias. Por último, o terceiro nível trata da interação dos jornalistas com a sociedade.

A evolução do jornalismo está ligada à evolução da cidadania. O progresso dos *mass media* faz com que o tipo de informação repassada e absorvida sofra também um processo de avanço, influenciando na formação de opinião dos profissionais e do público receptor. Todo esse “progresso”, na maioria das vezes, tem em vista um único objetivo: a audiência.

Dentre os veículos que permitem essa visão, estão a TV e o rádio, já que são altamente acessíveis a todos os níveis sociais. Por isso, são considerados meios eficazes na promoção da informação e da formação de opinião do telespectador/ouvinte (ou não).

De Lisita (2015, p. 7) alerta para os perigos da guerra pela audiência: “essa enorme audiência pode e acaba se transformando em arma perigosa contra os princípios básicos da imprensa: a verdade, a cidadania e a democracia”. Nesse contexto, integra-se à análise, o fato de utilizar e aliar a televisão à educação na construção e na promoção da cidadania. As influências e dominações política e comercial são consideradas alicerces das transmissões televisivas e radiofônicas.

Barbosa (2007) ressalta que a disputa pela audiência está amparada na injeção de capital para a aquisição de lucros. Assim

A TV acaba recorrendo ao sensacionalismo, com o estímulo ao consumismo e a espetacularização da violência. Exatamente o

oposto do que pais e mães esperam: eles reconhecem a importância da TV na vida de seus filhos, mas anseiam por uma programação de alto nível que gere valores positivos, que informe e divirta e que ajude crianças e adolescentes a compreender o mundo (BARBOSA, 2007, p. 143).

De acordo com o autor, tal realidade mostra que a formação de seres cidadãos corre risco, haja vista não ter a televisão nenhum comprometimento com o engrandecimento do ser humano. Barbosa (2007) lembra ainda que a TV trabalha com o único objetivo de gerar lucros e alcançar níveis satisfatórios de audiência, que é o que define a programação veiculada: quanto maior a audiência, maior visibilidade para os produtos ou serviços anunciados.

Carvalho e Targino (2010) compartilham as mesmas avaliações e argumentam que as forças políticas e econômicas é que dão sustentação à mídia, por isso há essa vinculação. Dizem ainda que as notícias são veiculadas atendendo esses interesses

Porém, em meio a tais ponderações, De Lisita (2015) faz uma ressalva:

Se, de um lado, a visão pessimista pode indicar o caminho da reflexão, da conscientização, de outro, pode também indicar o perigoso caminho do conformismo, da descrença que por sua vez leva à desmobilização da sociedade que acaba aceitando hipodermicamente aquilo que lhe é sutilmente injetado todos os dias através de um aparelho de televisão (DE LISITA, 2015, p. 10).

Rádio e TV caminham juntos em tais avaliações. São considerados instrumentos de mobilização social que atuam de várias formas sobre a sociedade.

Entretanto Azevedo (2015), seguindo as mesmas observações feitas acima por Barbosa (2007) e; Carvalho e Targino (2010); salienta que a comunicação de massa, atende uma demanda puramente mercantilista. O que interessa é vender a notícia. E aí entram os interesses e favores econômicos e políticos, que estão vinculados direta ou indiretamente aos donos dos veículos de comunicação. No entanto, esses veículos, se usados como ferramenta de luta, de fala dos oprimidos, podem ser instrumentos mobilizadores para os cidadãos exercerem sua cidadania.

Nesse contexto e sob esse prisma, a ideia acima nos faz definir o ouvinte com importante papel, o de ouvinte ativo ou passivo, conforme Ramos e Faria (2014) fazem referência. Dizem os autores que:

A ideia de que o ouvinte é passivo apoia-se também nas correntes fundadoras das teorias da comunicação. Grosso modo, a vertente funcionalista norte-americana e os autores da Escola de Frankfurt percebiam os receptores dos meios como manipuláveis, com um papel passivo no processo de comunicação (RAMOS; FARIA, 2014, p. 4).

Mas tal entendimento, segundo eles, sofre mutações constantes, já que se deve levar em conta o acesso às novas tecnologias, à veiculação constante, pontual e instantânea da informação. Desse modo o ouvinte receptor da informação passa a ser visto como um ator ativo e pensante, e não apenas como uma pessoa que recebe e aceita passivamente as informações que circulam.

Nesse contexto, necessário se faz analisar o processo de formação dos profissionais que tem a função de informar e formar opiniões. Eles que serão sujeitos e ao mesmo tempo objeto dessa ação de desenvolvimento mútuo e constante da sociedade, contribuindo de forma ativa para a construção da cidadania e para a formação de sujeitos cidadãos, de ouvintes ativos.

Para Carvalho e Targino (2010, p. 6) não há exercício da cidadania sem informação. É ela que permite que o cidadão conheça seus direitos, reivindique sua participação na sociedade. Uma sociedade definida como “sociedade da informação”, ou “sociedade do conhecimento” ou “sociedade da aprendizagem”. E nesse viés, segue-se a vinculação da informação à notícia, produto que alcança todas as camadas sociais e que de alguma forma, na sociedade moderna em que se vive, faz surtir algum tipo de efeito sobre os cidadãos, o ouvinte receptor da mensagem.

Como mediador e intérprete dos acontecimentos, o dever profissional do jornalista, de atuação nas mais diversas formas midiáticas integra um processo de produção e circulação da informação, interferindo de forma direta na formação do cidadão (CALDAS, 2005, p. 95).

Esse espaço de comunicação, estabelecido entre os jornalistas e seu público, é definido por Habermas como “esfera pública”, não sob uma ótica institucional, política, e sim num sentido “comunicativo e interativo”.

O conceito de esfera pública está proximamente relacionado com o conceito de cidadania. Ou seja, na “esfera pública” desenvolve-se uma consciência de cidadão/ã politicamente ativo/a e exercem-se os

direitos de cidadania [...] (SANTOS, 2006, p. 3).

Saber quem somos, o que queremos, o que podemos e como podemos ter. Isso faz parte de uma engrenagem que desemboca na mais generalizada expressão de cidadania, e onde o jornalista se insere como sujeito social fomentador do desenvolvimento desse mecanismo, mas que para isso, necessita obter, durante sua formação profissional, a compreensão acerca do comprometimento social de seu ofício.

A responsabilidade social do papel do jornalista, sobre a opinião formada pelos indivíduos, tem seu peso redobrado se pensarmos que, na maioria das vezes, formam sua base intelectual no que veem, ouvem ou leem nos meios de comunicação.

Rabelo (2015 p.1) enfatiza isso dizendo que:

Em quaisquer perspectivas teóricas, a informação sempre carregará em si o germe do conhecimento e potencial de transformação, individual e coletiva. Ou seja, a informação sozinha, como dado, não age, mas permite a mudança através de sua relação com o sujeito. Ainda que se ressalte a rápida transformação da imprensa, de espaço público de debate de ideias em direção à empresa de venda de conteúdo informativo, os veículos de comunicação de massa exercem forte influência na formação da opinião pública, moldando, orientando a discussão, alertando para aspectos ocultos, interpretando os fatos, elegendo as informações e oferecendo aos receptores o cardápio noticioso de acordo com a seleção feita pelo próprio veículo.

A prática da “construção da realidade a partir das intenções e das subjetividades do jornalista” obstrui o canal de ligação que deveria existir entre a sociedade e os veículos de comunicação.

Tal método também minimiza o papel do jornalista, que não proporcionando a constituição da mídia como um espaço comprometido com a democracia, com a participação e logo com a cidadania, deixa de ser e de agir como um jornalista cidadão.

Koshiyama (2007, p. 3) segue na mesma direção quando diz que a atuação do jornalista “difere do exercício da liberdade de expressão de um cidadão ou de político”.

Ao profissional de comunicação cabe estar ciente da importância que desempenha perante a sociedade e a opinião pública. Cabe a ele ser um sujeito consciente e assim valorizar seu trabalho, construindo e contribuindo

com o desenvolvimento da crítica social, partindo da verdade dos fatos, da imparcialidade e do respeito aos direitos de todo e qualquer indivíduo de ser e estar bem informado (MORAES JÚNIOR, 2006).

O jornalista deve sim estar conectado ao que acontece a sua volta e ao mesmo tempo saber que atua como protagonista nesse cenário social. É o que diz Rodrigues (2007, p. 8).

Partindo do pressuposto de que o conhecimento da realidade é condição para o exercício da cidadania e tendo em conta que, numa sociedade em que os meios de comunicação de massa ganham cada vez mais importância na construção/reconstrução da realidade, o jornalismo – nos seus diferentes formatos – é produtor deste conhecimento do mundo contemporâneo.

Discute-se o fato de que as universidades formam seus profissionais para estarem preparados para atender às necessidades e exigências do mercado empresarial de comunicação ou para o sistema político em vigor.

No entanto, as próprias DCN's para os cursos de jornalismo apontam para uma formação com a função de despertar e aguçar nos futuros profissionais da comunicação, o desejo de serem porta-vozes dos **interesses coletivos**, da **formação da consciência crítica** e da **superação da alienação**, aspectos inerentes à formação e constituição de cidadãos.

Recentemente foram aprovadas novas Diretrizes para o curso de Jornalismo, elas devem servir de mote e balizamento para todos os cursos do país, exigindo observância e compromisso das instituições de ensino superior. No entanto, essa questão da formação do jornalista é um elemento fundamental que merece ser tratado com cautela e maior detalhamento.

3 A FORMAÇÃO DO JORNALISTA

3.1 O ENSINO DO JORNALISMO NO BRASIL

Foi no século XX que a profissão de jornalista adquiriu identidade e *status* social no Brasil. É nesse período que surgem as primeiras escolas de jornalismo (MORAES JUNIOR, 2007).

Cásper Líbero, em São Paulo, é considerada a pioneira no Brasil. Ela iniciou suas atividades em 1947 e era ligada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, da PUC-SP. Um ano depois, também inserida na faculdade de Filosofia, surge o curso de jornalismo da Universidade do Brasil, atual Universidade do Rio de Janeiro (MORAES JÚNIOR, 2007).

Os cursos profissionalizantes tinham como base de ensino a aquisição de conhecimento intelectual. Uma das fundamentações dizia respeito à ética jornalística e seus códigos deontológicos, ou seja, normas que regravam a profissão (TRAQUINA, 2004).

O despertar de uma atividade preocupada em formar o intelecto do receptor da mensagem para que este tenha opinião própria e seja capaz de discutir o que lhe é externado se dá com o incremento e o progresso da Revolução Industrial.

Conforme Lage (2006) três fatores contribuíram para isso: 1) muitos trabalhadores aprenderam a ler, 2) chegavam aos jornais as máquinas para impressão, facilitando a produção que antes era artesanal e 3) a publicidade custeava as despesas dos editoriais.

Traquina (2004) ressalta que a evolução jornalística se deu no século XIX, quando houve o desenvolvimento do primeiro *mass media*: a imprensa escrita, os jornais. Esse foi o período considerado a “época de ouro” do segmento, porque se tornou, de fato, atividade profissional, gerando lucros e emprego a muitas pessoas que, a partir desse momento, desejavam transformar a imprensa em fornecedora de informação e não apenas de propaganda, como acontecia anteriormente. Ela passa a ter grande atuação social, interferindo e espelhando a história das sociedades vigentes.

A expansão do jornalismo começou no século XIX juntamente com a expansão da imprensa, mas conquistou maior espaço no século XX a partir do surgimento de novos meios de comunicação social, como o rádio e a televisão (TRAQUINA, 2005).

Pena (2010, p. 32) divide a evolução da imprensa em cinco períodos bem distintos:

- Pré-história do jornalismo: de 1631 a 1789. Caracterizada por uma economia elementar, produção artesanal e forma semelhante a um livro.
- Primeiro jornalismo: de 1789 a 1830. Caracterizado pelo conteúdo literário e político, com texto crítico, economia deficitária e comandado por escritores, políticos e intelectuais.
- Segundo jornalismo: 1830 a 1900. Imprensa de massa que marca o início da profissionalização dos jornalistas, a criação de reportagens e manchetes, a utilização da publicidade e a consolidação da economia de empresa.
- Terceiro jornalismo: 1900 a 1960. Imprensa monopolista, marcada por grandes tiragens, influência das relações públicas, grandes rubricas políticas e fortes grupos editoriais que monopolizam o mercado.
- Quarto jornalismo: de 1960 em diante. Caracterizado pela informação eletrônica e interativa, como ampla utilização da tecnologia, mudança das funções do jornalista, muita velocidade na transmissão de informações, valorização do visual e crise da imprensa escrita.

Ainda de acordo com Traquina (2005), muitos fatores sociais colaboraram para essa evolução comunicacional acima descrita, no entanto ele destaca, sobretudo, a escolarização da sociedade e o processo de urbanização, que intensificou o crescimento de futuras metrópoles.

Todo esse desenvolvimento social desencadeia também o desenvolvimento econômico, alavanca interesses mercantilistas e políticos e faz com que a imprensa se torne produto vendável de informação.

É o período do Segundo e Terceiro Jornalismo. Dá-se início a era da publicidade e do jornalismo informativo, que passa a caminhar de forma paralela à necessidade de fornecer a informação real, o fato acontecido; e isso vai ao encontro da necessidade de se ter pessoas preparadas e compromissadas com tal tarefa.

Em 1969, a profissão de jornalista foi regulamentada pelo Decreto-Lei n. 172, de 12/10/1969, que implementava a exigência do diploma para o exercício da profissão. O Ministério da Educação estabeleceu

diretrizes pedagógicas sob as quais os cursos deveriam se assentar. Houve, assim, uma expansão de faculdades de jornalismo liderada pelo setor privado, formando cada vez mais profissionais e ocasionando um mercado mais acirrado. A disseminação das faculdades jornalísticas, sobretudo das instituições privadas, perdurou até a década de 1990 (BAHIA; RIGUEIRA, 2009, p.118).

É o surgimento do novo jornalismo ou *pennypress*³, onde a matéria-prima da imprensa era a notícia, onde o jornalista desempenha o papel de contador de histórias, narrando o que vê e o que ouve, transformando-se nos olhos do leitor e porta-voz da sociedade frente às suas demandas.

Nasce assim, a busca pelo jornalismo notícia, com a veiculação de fatos, a procura pela verdade e a noção de serviço público (TRAQUINA, 2004).

Se observarmos as formas da notícia, elas evoluem de abordagem. Primeiro são apenas informativas, onde os fatos apenas eram narrados, nada mais. Como consequência de todo esse processo de ascensão da atividade, os formatos de exploração do acontecimento em foco também evoluem.

Surge o jornalismo opinativo, onde os profissionais da notícia manifestavam sua posição diante do fato exposto, e o jornalismo interpretativo, onde o jornalista tinha como missão observar os acontecimentos, descrevê-los, expor detalhes e conclusões, inserindo o público e sua imaginação no contexto da notícia.

Erbolato (2006) inclui no jornalismo moderno um novo conceito, é o Jornalismo Diversional. Surgido no século XXI, se caracteriza pelo envolvimento do repórter no ambiente dos fatos e com os problemas dos envolvidos na história, dos atores da notícia.

Nesse tipo de abordagem as entrevistas são muitas, detalhadas e aprofundadas, além de essenciais para a apuração e transcrição do acontecimento. No entanto, nessa categoria de tratamento a notícia é perecível e o tempo é quem dita as regras do interesse social.

Ao analisar todo o exposto acima, conclui-se que cada vez mais se torna imprescindível ter pessoas qualificadas para tal função, haja vista se tornarem portadoras de pensamentos, observações e constatações, o que as torna importantes figuras capazes de interferir na construção social e no curso de uma localidade.

³Notícias baseadas em fatos (TRAQUINA, 2005, p. 34).

O jornalismo também se transformou em negócio rentável para muitos e com o advento das tecnologias, a imprensa ganha mais espaço. “Com esse crescimento, houve um duplo processo que decorre todo o século XIX e prossegue no século XX: a comercialização do jornalismo e a profissionalização dos seus agentes, os jornalistas” (TRAQUINA, 2004, p. 147).

A ascensão do jornalismo faz com que os meios de comunicação de massa se vejam obrigados a descobrir e produzir notícias em escala cada vez maior com o objetivo de atender a demanda do mercado (SILVA, 2002). Isso faz com que os profissionais da comunicação busquem o aperfeiçoamento para enfrentar o mercado e a concorrência estabelecida entre eles.

É aí também que passa a entrar em ação o Quarto Jornalismo, a era tecnológica, interativa; que briga contra o tempo de forma ainda mais acirrada e faz as redações funcionarem de acordo com o andar dos relógios.

Bourdieu (1997) é enfático ao lembrar que com o surgimento das novas tecnologias, a atividade jornalística passou a ser orientada pela pressão do tempo, do imediatismo e pelo “furo” de reportagem.

A assimilação social e o uso das tecnologias da informação reconfiguram as práticas comunicacionais [...] Entretanto, ao mesmo tempo em que ocorre essa mudança estrutural no fluxo da informação, há uma valorização das marcas tradicionais do jornalismo (COSTA, 2008, p. 10).

As tecnologias que invadiram as redações transformaram a profissão. Fizeram dela e de seus profissionais verdadeiras máquinas de notícias. A busca por fatos e informações que virem notícia ou que são notícia norteiam as rotinas jornalísticas e o tempo é crucial para torná-la vendável ou acessível.

Ao mesmo tempo são extremamente maleáveis. Pode-se “mexer” na informação a qualquer hora ou lugar. Para Costa (2008, p.11) as redes são formas de comunicação e organização extremamente flexíveis.

Da mesma forma, as tecnologias interferiram nas rotinas acadêmicas.

Silva (2012, p.2) diz que:

Atualmente, no século XXI, vivemos uma nova revolução no jornalismo devido a Era da Informação e do Conhecimento, que exige uma série de novas transformações e adaptações dos antigos meios de comunicação ao mesmo tempo em que abre novas perspectivas como o jornalismo on-line.

Chega-se a era das mídias digitais e do *ciberjornalismo*, que consiste na criação de *blog's*, mediação de *chat's*, onde o *ciberjornalista* registra o seu dia de trabalho dentro de uma redação *web* (FERRARI, 2006, p. 41).

Atualização constante e permanente do que acontece no mundo torna-se indispensável para o profissional do século XXI. Dominar a diversidade de ferramentas eletrônicas disponíveis nos meios digitais, saber o tipo de abordagem noticiosa que irá prevalecer e conhecer o público-alvo suscetível a ela faz com que o jornalista contemporâneo tenha aptidão para o desenvolvimento de uma atividade tão antiga e ao mesmo tempo tão presente nos dias atuais: informar.

De acordo com Moraes Júnior (2007) a formação atual dos jornalistas está alicerçada em uma base tecnicista, preocupada com o aprimoramento de técnicas de edição, produção, locução em mídias usuais (rádio, TV e jornal) e mídias *on-line*. Para o autor, o que antigamente era levado em conta nos currículos acadêmicos de comunicação – a formação humanística – é agora esquecido por muitos.

Se, por um lado, a fase atual é um momento em que ao jornalismo somam-se as novas tecnologias de informação, o desejável seria que ela fosse também marcada por uma interação entre essas tecnologias e as ciências sociais e humanas na formação dos profissionais de jornalismo (MORAES JÚNIOR, 2005, p.75).

Costa (2008) lembra que há nas grades curriculares dos cursos de jornalismo no Brasil a urgência de uma revisão curricular que contemple disciplinas para suprir a necessidade do aprendizado e prática das novas tecnologias, mas lembra que há a necessidade de “formar profissionais pensantes, capazes de refletir sobre a realidade em que atuam”.

Caldas (2005, p. 89) pergunta: “estariam os professores de comunicação discutindo, informando, formando os comunicadores para o exercício pleno da cidadania?”.

Moraes Júnior (2007) lembra uma questão importante e que deve ser levada em conta. Diz ele que:

Além do compromisso docente, é necessário que se estabeleça uma relação consciente do discente com o professor, com a sua produção, com a própria escola e com o universo acadêmico, de modo que ele

possa investir livremente no “seu” potencial; tais elementos também são formadores (MORAES JÚNIOR, 2007, p. 37).

Caldas (2005, p. 75) enfatiza ainda que esse cenário nos mostra porque muitos jornalistas tornam-se não só meros reprodutores dessa forma mecânica de trabalho, mais preocupados com as técnicas jornalísticas, mas ao mesmo tempo “reprodutores de conceitos ideológicos e políticos dominantes”.

São questões que despertam inquietação àqueles que desejam ver nos meios de comunicação de massa, veículos libertos de manipulação e dominação, onde a ética profissional prevaleça e onde as verdades dos fatos sejam ditas e mostradas, independentes da dominação mercadológica que preside as relações como um todo.

Na área da comunicação, é central conseguir preservar espaços públicos de seu acesso, porquanto acesso a informação não é só poder, mas, sobretudo, condição de vida democrática; os modernos meios de comunicação interferem na formação de nossa personalidade, na cristalização de ideologias dominantes, na estabilização do consumo, no processo educativo muito mais do que se imagina; sua democratização é essencial [...] (DEMO, 1994, p. 96).

Dessa forma, as universidades representam espaços relevantes, abrigos de concepções heterogêneas, cuja finalidade é desenvolver indivíduos reflexivos, analíticos e interativos por meio do diálogo, que é o cerne da prática educacional e base da construção de cidadãos críticos (ASSIS; DE LIMA, 2011).

A educação é importante estratégia de mudança no e do sistema. É humanizadora à medida que dá sustentação ao Estado de direito, restringindo, pela via da cidadania, a voracidade do capital (DEMO, 1994).

A formação cidadã, que tem raiz no conteúdo humanístico dos cursos de Jornalismo e deve ser conduzido à etapa técnica, corresponde a um desenvolvimento de uma identidade profissional do educando referenciada indissociavelmente num contexto social (MORAES JÚNIOR, 2005, p.78).

O autor prossegue na valorização de uma educação focada na pessoa humana e diz que os valores democráticos é que devem ter destaque na formação do jornalista. Diz ainda que a ética e a responsabilidade social da

profissão devem ser tidos como pré-requisitos para uma prática sensata da atividade jornalística.

Dessa forma, reporta-se ao objeto de um ensino baseado, não somente em formas técnicas de trabalho, mas também com foco no ser humano, sua existência, vontades e necessidades.

3.2 DIRETRIZES E CONTEÚDOS CURRICULARES

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Jornalismo, objeto de discussão desde 2009, foram homologadas pelo então ministro da educação, Aloizio Mercadante, em 27 de setembro de 2013. De acordo com dados estatísticos do Ministério da Educação – MEC existem 546 cursos de Jornalismo no país, sendo que, destes, 463 são oferecidos por instituições privadas. Todos terão que se adequar às novas DCN's até este ano de 2015.

Em seu art. 5º as diretrizes expressam que:

O concluinte do curso de Jornalismo deve estar apto para o desempenho profissional de jornalista, com formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva, capacitando-o, dessa forma, **a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania**, capaz de responder, por um lado, à complexidade e ao pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas, e, por outro, possuir os fundamentos teóricos e técnicos especializados, o que lhe proporcionará clareza e segurança para o exercício de sua função social específica, de identidade profissional singular e diferenciada em relação ao campo maior da comunicação social (grifo nosso).

O parágrafo único do mesmo artigo diz ainda que, nessa perspectiva, as competências, habilidades, conhecimentos, atitudes e valores a serem desenvolvidos incluem:

I - Competências gerais:

a) **compreender e valorizar, como conquistas históricas da cidadania** e indicadores de um estágio avançado de civilização, em processo constante de riscos e aperfeiçoamento: **o regime democrático, o pluralismo de ideias e de opiniões, a cultura da paz, os direitos humanos, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável;**

b) conhecer, em sua unicidade e complexidade intrínsecas, a história, a cultura e a realidade social, econômica e política brasileira, considerando especialmente a diversidade regional, os contextos latino-americano e ibero-americano, o eixo sul-sul e o processo de internacionalização da produção jornalística;

- c) identificar e reconhecer a relevância e o interesse público entre os temas da atualidade;
- d) distinguir entre o verdadeiro e o falso a partir de um sistema de referências éticas e profissionais;
- e) pesquisar, selecionar e analisar informações em qualquer campo de conhecimento específico;
- f) dominar a expressão oral e a escrita em língua portuguesa;
- g) ter domínio instrumental de, pelo menos, dois outros idiomas – preferencialmente inglês e espanhol, integrantes que são do contexto geopolítico em que o Brasil está inserido;
- h) interagir com pessoas e grupos sociais de formações e culturas diversas e diferentes níveis de escolaridade;
- i) ser capaz de trabalhar em equipes profissionais multifacetadas;
- j) saber utilizar as tecnologias de informação e comunicação;
- k) pautar-se pela inovação permanente de métodos, técnicas e procedimentos;
- l) cultivar a curiosidade sobre os mais diversos assuntos e a humildade em relação ao conhecimento;
- m) compreender que o aprendizado é permanente;
- n) saber conviver com o poder, a fama e a celebridade, mantendo a independência e o distanciamento necessários em relação a eles;
- o) perceber constrangimentos à atuação profissional e desenvolver senso crítico em relação a isso;
- p) procurar ou criar alternativas para o aperfeiçoamento das práticas profissionais;
- q) atuar sempre com discernimento ético (grifo nosso).

Quanto às competências cognitivas o documento diz o seguinte:

II - Competências cognitivas:

- a) conhecer a história, os fundamentos e os cânones profissionais do jornalismo;
- b) **conhecer a construção histórica e os fundamentos da cidadania;**
- c) **compreender e valorizar o papel do jornalismo na democracia e no exercício da cidadania;**
- d) compreender as especificidades éticas, técnicas e estéticas do jornalismo, em sua complexidade de linguagem e como forma diferenciada de produção e socialização de informação e conhecimento sobre a realidade;
- e) discernir os objetivos e as lógicas de funcionamento das instituições privadas, estatais, públicas, partidárias, religiosas ou de outra natureza em que o jornalismo é exercido, assim como as influências do contexto sobre esse exercício (grifo nosso).

No que diz respeito às competências comportamentais, ainda faz-se referência à temática quando recomenda:

- a) perceber a importância e os mecanismos da regulamentação político-jurídica da profissão e da área de comunicação social;
- b) identificar, estudar e analisar questões éticas e deontológicas no jornalismo;
- c) conhecer e respeitar os princípios éticos e as normas deontológicas da profissão;
- d) avaliar, à luz de valores éticos, as razões e os efeitos das ações jornalísticas;

- e) atentar para os processos que envolvam a recepção de mensagens jornalísticas e o seu impacto sobre os diversos setores da sociedade;
- f) impor aos critérios, às decisões e às escolhas da atividade profissional as razões do interesse público;
- g) **exercer, sobre os poderes constituídos, fiscalização comprometida com a verdade dos fatos, o direito dos cidadãos à informação e o livre trânsito das ideias e das mais diversas opiniões** (grifo nosso).

E segue no artigo 6º quando se refere à importância do quadro curricular do curso de Jornalismo. Dizem as diretrizes que em função do perfil do egresso e de suas competências, a organização do currículo deve contemplar, no projeto pedagógico, conteúdos que atendam a seis eixos de formação, no entanto está no eixo um os preceitos humanísticos em que devem estar baseados os ensinamentos dos futuros comunicadores e seu comportamento quando inserido na carreira de jornalista. Diz o referido tópico:

I - Eixo de fundamentação humanística, cujo objetivo é capacitar o jornalista para exercer a sua função intelectual de produtor e difusor de informações e conhecimentos de interesse para a cidadania, privilegiando a realidade brasileira, como formação histórica, estrutura jurídica e instituições políticas contemporâneas; sua geografia humana e economia política; suas raízes étnicas, regiões ecológicas, cultura popular, crenças e tradições; arte, literatura, ciência, tecnologia, **bem como os fatores essenciais para o fortalecimento da democracia, entre eles as relações internacionais, a diversidade cultural, os direitos individuais e coletivos; as políticas públicas**, o desenvolvimento sustentável, as oportunidades de esportes, lazer e entretenimento e o acesso aos bens culturais da humanidade, **sem se descuidar dos processos de globalização, regionalização e das singularidades locais, comunitárias e da vida cotidiana** (grifo nosso).

O artigo 3º trata do projeto pedagógico dos cursos de graduação em Jornalismo, e além de outros aspectos, estabelece como avaliação final a realização dos Trabalhos de Conclusão de Curso, os TCC's. Diz o seguinte:

- I - concepção e objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções – institucional, política, geográfica e social;
- II - condições objetivas de oferta e vocação do curso;
- III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- IV - formas de efetivação da interdisciplinaridade;
- V - modos de integração entre teoria e prática;
- VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem; (*) Resolução CNE/CES 1/2013. Diário Oficial da União, Brasília, 1º de outubro de 2013 – Seção 1 – p. 26. 2.
- VII - modos de integração entre graduação e pós-graduação;

VIII - incentivo à pesquisa e à extensão, como necessários prolongamentos das atividades de ensino e como instrumentos para a iniciação científica e cidadã;

IX - regulamentação das atividades do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), componente obrigatório a ser realizado sob a supervisão docente;

X - regulamentação das atividades do estágio curricular supervisionado, contendo suas diferentes formas e condições de realização;

XI - concepção e composição das atividades complementares, quando existentes (grifo nosso).

Ainda quanto aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) faz referência no artigo 11, descrevendo sua funcionalidade e produção.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório, a ser desenvolvido individualmente, realizado sob a supervisão docente e avaliado por uma banca examinadora formada por docentes, sendo possível também a participação de jornalistas profissionais convidados.

§ 1º O TCC pode se constituir em um trabalho prático de cunho jornalístico ou de reflexão teórica sobre temas relacionados à atividade jornalística.

§ 2º O TCC deve vir, necessariamente, acompanhado por relatório, memorial ou monografia de reflexão crítica sobre sua execução, de forma que reúna e consolide a experiência do aluno com os diversos conteúdos estudados durante o curso.

§ 3º As instituições de educação superior deverão emitir e divulgar regulamentação própria, aprovada por colegiado competente, estabelecendo, necessariamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação do TCC, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

O artigo 16 faz referência ao sistema de avaliação dos cursos. Diz que o sistema de avaliação institucional dos cursos de jornalismo deve contemplar, dentre outros critérios, **a contribuição do curso para o desenvolvimento local social e de cidadania** nos contextos em que a instituição de educação superior está inserida (grifo nosso).

O sistema de avaliação institucional dos cursos de Jornalismo deve contemplar, dentre outros critérios:

I - o conjunto da produção jornalística e de atividades de pesquisa e de extensão realizadas pelos alunos ao longo do curso;

II - o conjunto da produção acadêmica e técnica reunida pelos professores;

III - **a contribuição do curso para o desenvolvimento local social e de cidadania nos contextos em que a instituição de educação superior está inserida;**

IV - o espaço físico e as instalações adequadas para todas as atividades previstas, assim como o número de alunos por turma, que deve ser compatível com a supervisão docente nas atividades práticas;

V - o funcionamento, com permanente atualização, dos laboratórios técnicos especializados para a aprendizagem teórico-prática do jornalismo a partir de diversos recursos de linguagens e suportes tecnológicos, de biblioteca, hemeroteca e bancos de dados, com acervos especializados;

VI - as condições de acesso e facilidade de utilização da infraestrutura do curso pelos alunos, que devem ser adequadas ao tamanho do corpo discente, de forma que possam garantir o cumprimento do total de carga horária para todos os alunos matriculados em cada disciplina ou atividade;

VII - a inserção profissional alcançada pelos alunos egressos do curso;

VIII - a experiência profissional, a titulação acadêmica, a produção científica, o vínculo institucional, o regime de trabalho e a aderência às disciplinas e atividades sob responsabilidade do docente (grifo nosso).

Ajusta-se aí a ideia de aproximação de uma metodologia de ensino à prática alicerçada sobre princípios sociais integrantes da realidade vigente, formando profissionais com uma visão criteriosa e analítica sobre os aspectos coletivos, comunitários, que circundam a vida cotidiana.

Almeida (2012) questiona-se em relação às exigências contemporâneas que faz a sociedade diante do jornalismo e do jornalista, quanto à sua formação, pois irá atuar no desenvolvimento da opinião pública e na consolidação de aspectos que caracterizam a cidadania.

A primeira das competências gerais colocadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de jornalismo expressa que o egresso deve:

Compreender e valorizar, como conquistas históricas da **cidadania** e indicadores de um estágio avançado de civilização, em processo constante de riscos e aperfeiçoamento: o regime democrático, o pluralismo de ideias e opiniões, a cultura da paz, os direitos humanos, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável (grifo nosso).

O que se pode perceber por meio dessas novas DCN's é a preocupação com a formação de sujeitos que compreendam, valorizem e cultivem o regime democrático, o pluralismo de ideias e opiniões, a cultura da paz, os direitos humanos, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável, entendidos como conquistas históricas e expressão da cidadania.

Sérgio Augusto Soares Mattos⁴ em entrevista dada ao IHU On-Line⁵ em 21 de janeiro de 2014, ao avaliar a homologação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Jornalismo manifesta que as DCN's desenham princípios norteadores que asseguram a autonomia das universidades para organizar seus respectivos projetos pedagógicos e baseiam-se em dois aspectos fundamentais: o perfil do profissional e suas competências profissionais. Com a atualização das diretrizes, segundo Mattos, o principal desafio é a qualidade do curso e a formação humanística dos seus alunos.

Destaca a identidade do egresso, que será diplomado Bacharel em Jornalismo e não mais em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo. Também prioriza uma maior integração entre teoria e prática, além da obrigatoriedade do estágio de 200 horas com supervisão de docentes, o que para ele, é o fato que ocasionará maior impacto dentro do curso. Mais uma das mudanças consideráveis se refere ao aumento da carga horária, de 2.700 horas para 3.000 horas.

Mattos (2014) afirma que para atuar no mercado de trabalho o jornalista “precisa ser diplomado, com formação universitária e ao mesmo tempo generalista, humanista, crítica e reflexiva. Esta formação o capacita a atuar como produtor intelectual e agente da **cidadania** [...]” (grifo nosso).

Sobre as demandas do mercado pautarem a formação acadêmica, Mattos (2014) diz que “no caso do Jornalismo, deve-se formar jornalistas [...] com foco voltado para o interesse público e a defesa dos direitos humanos”. Para ele, a formação acadêmica deve ter compromisso direto com a liberdade de expressão.

O professor defende ainda que o Jornalismo age como um espaço público de debates e por isso “tem que cumprir um papel cada vez mais

⁴Doutor em Comunicação pela Universidade do Texas, Austin, Estados Unidos (1982). Como jornalista profissional atuou como editor, além de ter desenvolvido projetos e implantado produtos na mídia regional da Bahia. Foi diretor da COEPP - Coordenação de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação da UNIBAHIA, no município de Lauro de Freitas - Ba, até agosto de 2007. No período de janeiro a julho de 2008 exerceu a função de coordenador do curso de Jornalismo da Faculdade da Cidade do Salvador. É professor aposentado da UFBA e a partir de agosto de 2008 passou a integrar o quadro docente da UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, onde ingressou, por concurso público, como professor adjunto do curso de Jornalismo. Disponível em lattes.cnpq.br/8348605651249261

⁵Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/>

importante nos processos sociais, atuando como suporte na construção da democracia”. Salienta ainda que as universidades devem interagir mais com a comunidade proporcionando aos seus acadêmicos atuarem de forma direta no exercício da **cidadania**.

3.3 A FORMAÇÃO DO JORNALISTA NA UCPEL

O curso de jornalismo da Universidade Católica de Pelotas foi criado por meio do Decreto Federal nº 43.732 de 21/05/1958, publicado em 30 de junho de 1958, sob o Parecer nº 84/1958 CNE de 31/03/1958.

Seu reconhecimento pelo Ministério da Educação se deu por meio do Decreto Federal nº 66.187, de 06 de fevereiro de 1970.

O *site* do curso apresenta o profissional de Jornalismo como aquele que é comprometido com a informação e com a verdade, transforma fatos do cotidiano em notícia a ser divulgada nos diferentes meios de comunicação considerando os aspectos técnicos e éticos envolvidos nesse processo.

Destaca que, atualmente, com a expansão da mídia digital, ele também deve acompanhar os avanços da tecnologia e incorporá-los em seu trabalho.

Apresenta, ainda, como diferenciais da formação na UCPEl, a prática de jornalismo comunitário (jornais Folha da Princesa e O Pescador) e experiências em diferentes áreas da Comunicação, como vídeo (laboratório de vídeo e TV UCPEl), fotografia (Projeto Ilha dos Marinheiros), rádio (inserção na Rádio Universidade - RU/AM), e mídias digitais.

Como áreas de atuação, são destacados os veículos de comunicação impressos, eletrônicos e digitais/multimídia; a comunicação empresarial; a assessoria de imprensa em instituições públicas e privadas.

Destacamos o currículo do curso de Jornalismo disponível no site da Universidade <http://jornalismo.ucpel.edu.br/curriculo> que apresenta a seguinte estrutura de atividades ensino-aprendizagem:

Estrutura curricular do curso de Jornalismo

1° Semestre

- 600011 - AC⁶ GERAL I-A 20 h
- 600012 - AC GERAL I-B 20 h
- 100001 - CIÊNCIA E FÉ 30 h
- 200025 - CIÊNCIA POLÍTICA 60 h
- 200102 - FOTOGRAFIA I 60 h
- 200100 - INTRODUÇÃO À COMUNICAÇÃO 30 h
- 200101 - LÍNGUA PORTUGUESA PARA COMUNICAÇÃO I 60 h
- 200024 - TEORIAS SOCIOLÓGICAS 60 h

2° Semestre

- 600021 - AC GERAL II-A 20 h
- 600022 - AC GERAL II-B 20 h
- 100003 - ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA 30 h
- 200106 - COMUNICAÇÃO E PSICOLOGIA 60 h
- 200104 - ESTÉTICA 30 h
- 200107 - FOTOGRAFIA II 30 h
- 200105 - LÍNGUA PORTUGUESA PARA COMUNICAÇÃO II 60 h
- 200023 - METODOLOGIA DA PESQUISA 30 h
- 200103 - TEORIA DA COMUNICAÇÃO I 60 h

3° Semestre

- 600031 - AC GERAL III-A 20 h
- 600032 - AC GERAL III-B 20 h
- 200108 - COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E CIDADANIA 30 h**
- 200110 - COMUNICAÇÃO E MARKETING 60 h
- 340001 - FOTOJORNALISMO 30 h
- 740002 - OPTATIVA I - A 30 h
- 740003 - OPTATIVA I - B 30 h
- 200120 - RÁDIO 60 h
- 200109 - TEORIA DA COMUNICAÇÃO II 60 h

⁶Atividade Complementar

4° Semestre

- 600041 - AC GERAL IV-A 20 h
- 600042 - AC GERAL IV-B 20 h
- 200112 – COMUNICAÇÃO E CIBERCULTURA 60 h
- 200113 - REALIDADE SÓCIO-ECONÔMICO 30 h
- 200111 - SEMIÓTICA E LINGUAGEM 60 h
- 340004 - TEATRO 30 h
- 340003 - TELEJORNALISMO I 30 h
- 100002 - TEOLOGIA E ÉTICA 30 h
- 340002 - TEORIA DO JORNALISMO 30 h

5° Semestre

- 600051 - AC GERAL V-A 20 h
- 600052 - AC GERAL V-B 20 h
- 200114 - CINEMA ÁUDIOVISUAL 60 h
- 200116 - COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL 60 h
- 200115 - PRODUÇÃO GRÁFICA 30 h
- 340005 - REDAÇÃO EM JORNALISMO I 60 h
- 340006 - TELEJORNALISMO II 60 h

6° Semestre

- 600061 - AC GERAL VI-A 20 h
- 600062 - AC GERAL VI-B 20 h
- 340009 - ASSESSORIA DE IMPRENSA 30 h
- 340010 - CRÍTICA DA MÍDIA 30 h
- 200117 - PESQUISA E OPINIÃO PÚBLICA 60 h
- 340007 - RÁDIOJORNALISMO I 30 h
- 340008 - REDAÇÃO EM JORNALISMO II 60 h
- 340011 - TELEJORNALISMO III 60 h

7° Semestre

- 600071 - AC GERAL VII-A 20 h
- 600072 - AC GERAL VII-B 20 h
- 600073 - AC GERAL VII-C 20 h

- 340013 - JORNALISMO DIGITAL 60 h
- 200118 - PESQUISA EM COMUNICAÇÃO 60 h
- 540001 - PROJETO EXPERIMENTAL I/TCC I 100 h
- 340014 - RÁDIOJORNALISMO II 60 h
- 340012 - REDAÇÃO EM JORNALISMO III 60 h

8º Semestre

- 640081 - AC ESPECÍFICA VIII 60 h
- 340016 - JORNALISMO ESPECIALIZADO 30 h
- 340015 - JORNALISMO GRÁFICO 30 h
- 200119 - LEGISLAÇÃO ÉTICA 30 h
- 540002 - PROJETO EXPERIMENTAL I/TCC II 200 h

O curso está organizado em oito semestres, com trezentas horas de atividades complementares gerais, trezentas horas destinadas à orientação dos Projetos Experimentais/TCC's distribuídas nos dois últimos semestres, sendo cem horas no sétimo semestre e duzentas horas no oitavo. O restante, 2.100 horas, está distribuído nas demais disciplinas, entre elas a de Comunicação Comunitária e Cidadania, com carga horária total de trinta horas, oferecida no terceiro semestre do curso. O curso de Jornalismo da UCPel possui uma carga horária total de 2.700 horas e funciona no turno da noite.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa utilizou abordagem qualitativa e o estudo de caso como estratégia. Optou-se pela abordagem qualitativa, pois trabalha com significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo do processo e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a variáveis (MINAYO, 2010).

Foram seguidas as etapas propostas por Lüdke e André (1986). A primeira constituiu-se de estudo exploratório, quando se procurou uma definição mais precisa do objeto de estudo, com a identificação de questões ou pontos críticos, estabelecendo-se os contatos iniciais com os projetos experimentais: fontes de dados necessárias para a pesquisa.

A segunda correspondeu à coleta sistemática de informações. Essa fase da análise e a elaboração do relatório decorreram da necessidade de sistematização e interpretação das informações, sendo necessário um constante movimento entre a teoria e os dados documentais (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

Os dados foram coletados por meio de pesquisa bibliográfica e documental, tendo como principais fontes: referencial bibliográfico, artigos científicos, Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Jornalismo e os Projetos Experimentais/ TCC's dos alunos do curso de Jornalismo da UCPel, formados em 2014.

A análise do material foi norteada pelos elementos referidos à cidadania apresentados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Jornalismo (2013) como primeira competência a ser formada pelos egressos do curso. São eles: regime democrático, pluralismo de ideias e opiniões, cultura da paz, direitos humanos, liberdades públicas, justiça social e desenvolvimento sustentável.

Para análise e interpretação dos dados foi realizada uma primeira apreciação de todas as informações reunidas na fase de coleta de dados, do processo de leitura exaustiva de todo o material recolhido.

Após essa primeira fase se iniciou a segunda etapa, na qual os dados foram apreciados de acordo com os elementos contidos nas DCN's e acima citados, analisando seus conteúdos e identificando referências do projeto

experimental que remetesse ao foco da pesquisa.

Após foi feita a sistematização do que foi relacionado com a temática proposta a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais.

A última consistiu na interpretação crítica dos dados propriamente dita. Nesse momento, foram apresentados os entendimentos fundamentados no referencial teórico e verificados na análise dos Projetos Experimentais/TCC's.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Foram analisados dezenove Projetos Experimentais/TCC's dos alunos de Jornalismo da Universidade Católica de Pelotas que concluíram o curso e apresentaram suas pesquisas em 2014. Em todos os trabalhos foram apreciados o sumário, resumo, palavras-chave, objetivos, metodologia, referências e anexos. Além disso, foi feita uma busca nos PE/TCC's em toda a extensão, para verificação de referência ou não dos elementos norteadores desta pesquisa.

Assim, foram considerados e observados em todos os projetos elementos referidos à cidadania destacados nas Diretrizes Curriculares Nacionais (2013) e que são: regime democrático, pluralismo de ideias e opiniões, cultura da paz, direitos humanos, liberdades públicas, justiça social e desenvolvimento sustentável.

A seguir são apresentados os dezenove quadros elaborados contendo o título do trabalho, as palavras-chave, o resumo e os objetivos. Depois disso, segue-se uma análise buscando relação com o tema cidadania, como descrito acima. Uma busca de cada elemento foi feita nos Projetos Experimentais/TCC's, cujo intuito foi verificar se havia objeto de estudo ou, ao menos, mencionado no texto. Em caso positivo, fazer a interpretação da relação estabelecida.

Os quadros foram organizados iniciando-se pelos PE/TCC's que não fizeram qualquer referência ao tema cidadania e aos seus elementos, seja de forma direta ou indireta.

De forma direta foram considerados os que apresentam relação direta, e de forma indireta os que apresentam algum tipo de relação com os elementos em grau crescente, quantitativa e qualitativamente, de referências.

5.1 Projetos Experimentais sem referência à questão da cidadania e seus elementos

Projeto Experimental/TCC 01	
Título	Assessoria de comunicação no futebol – um estudo de caso sobre os <i>presskits</i> de Grêmio Esportivo Brasil e Esporte Clube Pelotas como fonte de informação
Palavras-chave	Assessoria de Comunicação; <i>Presskit</i> ; Imprensa; Futebol.
Resumo	Esta monografia tem como objetivo realizar uma análise do conteúdo do <i>presskit</i> desenvolvido pelas assessorias de comunicação do Grêmio Esportivo Brasil e do Esporte Clube Pelotas e avaliar, através da opinião de seis repórteres esportivos de rádios pelotenses, de que forma o <i>presskit</i> atua como fonte de informação, com base em cinco categorias diferentes: utilidade, aspectos positivos e negativos, relevância, relacionamento e conteúdo. Também será discutida a importância de haver uma assessoria de comunicação atuando nos clubes de futebol. Durante esta pesquisa serão utilizadas como referências obras de autores como Rivaldo Chinem, Jorge Duarte e Heródoto Barbeiro.
Objetivo (s)	<ul style="list-style-type: none"> - Analisar o conteúdo do <i>presskit</i> produzido pelas assessorias de comunicação do Grêmio Esportivo Brasil e do Esporte Clube Pelotas; - Avaliar, através da opinião de seis repórteres esportivos de rádios pelotenses, de que forma esse material atua como fonte de informação sobre o público-alvo.

Figura 01

O PE/TCC 01 não apresenta qualquer referência à questão cidadania, seja direta ou indiretamente. Tampouco faz referência, sob qualquer aspecto, aos elementos constitutivos das DCN's - regime democrático, pluralismo de ideias e opiniões, cultura da paz, direitos humanos, liberdades públicas, justiça social e desenvolvimento sustentável - que norteiam esta pesquisa.

O PE/TCC se deteve em avaliar a importância das assessorias de imprensa em clubes de futebol e os métodos empregados por elas, tendo como paradigma os dois clubes pelotenses. Porém, em momento algum demonstra preocupação com questões sociais ou de interesse coletivo, eis que se dirige apenas aos dois casos específicos adotados como base do estudo, o trabalho prático desenvolvido e seus resultados.

Projeto Experimental/TCC 02	
Título	A comunicação organizacional e a assessoria de imprensa frente à imagem organizacional e a satisfação dos públicos CEEE Camaquã - gerência regional centro sul/São Lourenço
Palavras-chave	Comunicação Organizacional; Assessoria de Imprensa; Imagem; Públicos; CEEE
Resumo	Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo compreender as mudanças paradigmáticas que remodelam os indivíduos e as organizações na contemporaneidade perpassa, necessariamente, por uma análise da dinâmica do mundo em constante transformação. O processo da globalização altera as sociedades atuais, influenciando nas estruturas econômicas, políticas e sociais, na qual a comunicação configura uma importante interface. Assim, a comunicação se torna fundamental para o bom relacionamento das organizações com seus públicos, portanto, analisaremos importância da Comunicação Organizacional nas organizações contemporâneas, partindo da reflexão dos elementos históricos que abordam o desenvolvimento da Comunicação Organizacional e da Assessoria de Imprensa, como subáreas da Comunicação Social, o surgimento dessas atividades nas organizações, o seu papel na otimização dos fluxos comunicacionais. Para dar conta desta proposta o presente trabalho está estruturado em três capítulos, o primeiro aborda a Comunicação Organizacional, o segundo a Assessoria de Imprensa, e o terceiro consiste no Estudo de Caso que vai analisar a comunicação da CEEE Camaquã - Gerência Regional Centro Sul – São Lourenço do Sul junto aos seus públicos.
Objetivo (s)	<ul style="list-style-type: none"> - Entender as transformações que modificam pessoas e instituições na atualidade; - Analisar as mudanças globais que envolvem essas questões.

Figura 02

O Projeto Experimental/TCC 02 analisou particularmente o caso da comunicação da CEEE Camaquã/São Lourenço do Sul junto ao seu público. Estudou em caráter geral os processos de comunicação no âmbito das empresas e instituições. Discorreu sobre os métodos mais eficazes para harmonizar relações com o público e motivar pessoas dentro das organizações, criando imagem positiva delas no mercado e na sociedade.

Não abordou, seja direta ou indiretamente, qualquer questão atinente à cidadania, que aparece apenas nas referências, no título da obra de Francisco

Viana e o título “De cara com a mídia/Comunicação corporativa, relacionamento e cidadania”, da editora Negócio, São Paulo, publicado em 2001.

Os elementos apresentados nas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Jornalismo norteadores desta pesquisa - regime democrático, pluralismo de ideias e opiniões, cultura da paz, direitos humanos, liberdades públicas, justiça social e desenvolvimento sustentável, conforme busca feita ao longo de todo o projeto experimental/TCC em questão, também não aparecem em nenhum momento.

Projeto Experimental/TCC 03	
Título	Assessoria de Imprensa na comunicação de crise em órgãos públicos – estudo de caso
Palavras-chave	Assessoria de Imprensa, Comunicação de Crise, Catástrofe, São Lourenço do Sul.
Resumo	O presente estudo de caso analisa o trabalho desenvolvido pela Assessoria de Imprensa da Prefeitura de São Lourenço do Sul, durante a enxurrada de 10 de março de 2011, caracterizado como comunicação de crise. Por meio de pesquisa exploratória, levanta dados sobre como foi realizada a gestão da crise, com o objetivo de conhecer seus pontos positivos e negativos. Investiga se o trabalho foi desenvolvido com responsabilidade, tanto no auxílio aos assessorados como na divulgação de informações para a comunidade em geral e a imprensa envolvida na cobertura da catástrofe natural, a qual é a maior já ocorrida na história do município de 130 anos. Os desastres naturais estão cada vez mais presentes no nosso dia a dia, o estudo de caso busca cumprir o seu papel ético e profissional para levantar problemáticas relevantes ao tema e apresentar o seu resultado. Para atingir o objetivo proposto, o trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro aborda a Assessoria de Imprensa, conceitos e objetivos, o papel do assessor de imprensa, a rotina da Assessoria, seus produtos e serviços e o trabalho nos órgãos públicos. O segundo explicita o que são crises, sua importância em órgãos públicos, o trabalho da Assessoria de Imprensa nesses casos de gestão de crises e o trabalho pós-crise. No terceiro, temos o estudo de caso, que consiste no trabalho realizado pela Assessoria de Imprensa na Prefeitura de São Lourenço do Sul, com detalhamento da metodologia utilizada, as pesquisas e suas análises.
Objetivo (s)	- Saber como se deu o trabalho de divulgação realizado pela assessoria de imprensa junto à comunidade;

	- Conhecer e analisar o resultado do trabalho realizado pela assessoria de imprensa junto aos órgãos de comunicação.
--	--

Figura 03

O PE/TCC 03 afirma que a assessoria de imprensa precisa gerir crises de forma organizada, com estratégia e planejamento, priorizando dados e informações relevantes para o acesso da imprensa, que levará o assunto à comunidade. Concluiu que a assessoria de imprensa da Prefeitura de São Lourenço do Sul buscou da melhor forma possível realizar o trabalho de relacionamento com as fontes e com a imprensa envolvida na cobertura e seus assessorados, evitando sensacionalismo e desencontro de informações. Identificou falta de planejamento para o gerenciamento de crise, o que dificultou a missão. O projeto ainda diz que a falta de planejamento acabou ocasionando imprevisto, mesmo que realizado com responsabilidade.

Não há, em nenhuma passagem ao longo do texto, segundo a busca feita, referência à cidadania.

O trabalho limitou-se a examinar o mecanismo pelo qual a Prefeitura de São Lourenço do Sul gerenciou a crise e divulgou as informações referentes à enxurrada que assolou o município, não mencionando, qualquer dos elementos apresentados nas Diretrizes Curriculares Nacionais, que são o regime democrático, o pluralismo de ideias e opiniões, a cultura da paz, os direitos humanos, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável. Tampouco abordou o tema estudado numa perspectiva que apontasse para uma visão crítica da situação vivida.

Projeto Experimental/TCC 04	
Título	Elementos de um programa esportivo: Estudo de caso redação SporTV
Palavras-chave	Jornalismo, Jornalismo de TV, Jornalismo Esportivo, Futebol.
Resumo	Este trabalho analisa o programa Redação SporTV. O assunto escolhido é o título da Libertadores da América do Clube Atlético Mineiro. A análise é feita através do primeiro bloco do programa do dia 25 de julho de 2013, através de cinco categorias selecionadas como importantes para a construção de um programa esportivo: as imagens, a edição, as entrevistas, a interação e o lead. O referido trabalho tem por base os teóricos Heródoto Barbeiro e

	Patrícia Rangel, Luciana Bistane e Luciana Bacellar, além de Olga Curado.
Objetivo (s)	- Analisar as categorias técnicas jornalísticas que compõem o programa no que diz respeito ao seu primeiro bloco.

Figura 04

O Projeto Experimental/TCC 04 limitou sua abrangência de análise aos elementos técnicos do programa esportivo - Redação SportTV- cuja pauta em questão era a conquista do título de campeão da Copa Libertadores da América pelo Clube Atlético Mineiro. O projeto apresentou imagens, abordou a edição, as entrevistas e a capacidade de interação. Abordou questões referentes à história da televisão, ao jornalismo esportivo e à forma com que se portou naquele caso em particular.

Deveu seu estudo em um exame tecnicista do jornalismo atual sem observar qualquer forma social ou humanista de manifestação do tema. Assim, não abordou, seja direta ou indiretamente, qualquer questão atinente à cidadania, não sendo mencionada, em nenhum momento do trabalho, a palavra cidadania. Igualmente não houve qualquer referência aos elementos constitutivos das DCN's - regime democrático, pluralismo de ideias e opiniões, cultura da paz, direitos humanos, liberdades públicas, justiça social e desenvolvimento sustentável - que servem como parâmetro de análise das produções acadêmicas.

Projeto Experimental/TCC 05	
Título	Um estudo sobre sensacionalismo e <i>fait-divers</i> : a cobertura do caso do menino Bernardo por parte do jornal Atos & Fatos de Três Passos.
Palavras-chave	Sensacionalismo; <i>Fait-divers</i> ; Jornalismo Impresso.
Resumo	Neste trabalho pesquisamos sobre a ocorrência de <i>fait-divers</i> e sensacionalismo nas reportagens sobre o caso do menino Bernardo Boldrini, feitas pelo jornal da cidade de Três Passos Atos & Fatos, local onde ocorreu o crime. Para a pesquisa utilizamos os pressupostos teóricos de Roland Barthes (1971), no que diz respeito a parte de <i>fait-divers</i> , assim como os pressupostos teóricos de Rosa Nívea Pedroso (1994), Marcondes Filho (1994), e Roberto Ramos (2012), no que diz respeito a parte do sensacionalismo. Utilizamos para a pesquisa o método comparativo, assim como o observacional indireto.

Objetivo (s)	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisar, para determinar, através de uma análise comparativa, se houve ou não sensacionalismo na cobertura do caso; - Identificar quais tipos de <i>fait-divers</i> se encaixam na cobertura do caso do menino Bernardo.
---------------------	---

Figura 05

O PE/TCC 05 teve como foco de sua pesquisa observar a existência ou não de *fait-divers*⁷ na cobertura jornalística feita pelo jornal Atos & Fatos, da cidade de Três Passos onde vivia e onde ocorreu a morte do menino Bernardo Boldrini.

Não abordou, seja de forma direta ou indireta, qualquer tema relacionado à cidadania e ao seu exercício. De acordo com a busca feita em toda a extensão do projeto, que se limitou a examinar a linguagem e os mecanismos de informação empregados pelo jornal na divulgação de dados sobre o caso.

Embora, no capítulo 2, tenha sido feito um estudo sobre o contexto histórico do *fait-divers* e do sensacionalismo no jornalismo impresso, o autor ao citar exemplos de matérias divulgadas na França dos séculos XVI e XVII, onde surgiram as primeiras pautas sensacionalistas, e na França do século XIX, onde se falava sobre a morte de crianças violentadas, corpos cortados e queimados; em nenhum momento, após busca feita ao longo o texto, averiguou-se a preocupação em falar sobre a temática da justiça social, dos direitos humanos ou da cultura da paz, elementos atinentes às DCN's, e que são a base, conforme elas, da formação do profissional do jornalismo, e que poderiam ter sido explorados nesse estudo.

O PE/TCC 05 ainda diz que a mídia sensacionalista traz um apelo sensacional por meio de diferentes produções de sentido e que esse apelo pode estar presente tanto no conteúdo, que seria o assunto/tema escolhido, como na forma, ou o modo como é dada a notícia.

⁷O termo francês *fait divers* (introduzido por Roland Barthes no livro *Essais Critiques*, em 1964), que significa fatos diversos que cobrem escândalos, curiosidades e bizarrices, caracteriza-se como sinônimo da imprensa popular e sensacionalista. Sempre esteve presente desde o início da imprensa, sendo um dos primeiros recursos editoriais para chamar a atenção e promover a diversão da audiência. Atualmente o *fait divers* tem ocupado cada vez mais espaços em veículos tradicionais, principalmente na televisão. Em <http://jornalismo.ufma.br/licristina/files/2014/01/jornalismo-e-entretenimento.pdf>

Concluiu, no que diz respeito ao *fait-divers*, que as reportagens publicadas sobre o caso da morte do menino Bernardo Boldrini, traziam sempre um *fait-divers* de causa perturbada, já que em todas elas ou não foi possível determinar com precisão os motivos pelos quais os acontecimentos ocorreram ou então o motivo pelo qual os acontecimentos ocorreram foi de uma pequena causa que trouxe um grande efeito. Já no que diz respeito ao outro item da pesquisa, o sensacionalismo, observou que o jornal se utilizou desse modo de dar notícias mais de uma vez nas reportagens analisadas.

Projeto Experimental/TCC 06	
Título	Entre vestidos e dragões: um estudo sobre as princesas da Disney e o reflexo na busca da identidade da mulher
Palavras-chave	Princesas; Gênero; Identidade; Imaginário; Personagem; Figura Feminina.
Resumo	As princesas da Disney se transformaram, ao longo dos anos, em personagens icônicas. Desde o surgimento de Branca de Neve, em 1937, as moças vêm acompanhando as mudanças sociais e a representação da figura feminina, de acordo com os moldes sociais e culturais, e com a presença de tradicionais padrões e características típicas da empresa americana. O presente trabalho realizou uma pesquisa de unidade intencional, ao selecionar seis princesas da gama diversificada já lançada, e baseou seus objetivos em estudos sobre questões de gênero, identidade, imaginário e personagens cinematográficas; na ACD de Fairclough e na noção de <i>ethos</i> : construção da identidade no discurso. Para isso, buscou reunir as características que contribuem para a construção de identidades nos longas das princesas, em suas semelhanças e diferenças; na análise das histórias em que estão inseridas, observando ações e emoções que resultaram na conclusão de que as protagonistas dos contos de fadas são um reflexo da figura feminina na busca por sua identidade, por serem personagens em constante transformação, acompanhando mudanças comportamentais próprias das épocas em que estão inseridas na história, e em que suas animações foram produzidas no mundo real. Outras demais considerações acerca das análises obtidas podem ser lidas no final.
Objetivo (s)	- Observar ações, emoções, discurso e comportamento das personagens em questão.

Figura 06

Objeto de pesquisa do PE/TCC 06, as princesas da Disney e o papel da mulher na sociedade mostram que o conto de fadas da vida real difere do

ilusório e fictício contido nas páginas dos livros, embora haja mudanças também neles.

Antes encasteladas, vítimas de suas próprias famílias e eternas sonhadoras, as princesas da Disney acompanharam as importantes transformações femininas que ocorreram com o passar dos anos e, no tempo atual, nem mesmo conectam suas histórias a um príncipe para poder contá-las, sendo perceptível que as princesas mais modernas (anos 90 e 2000) avançaram no modo de construir identidades, refletindo as mudanças sociais.

Com relação ao tema cidadania, não aborda, seja direta ou indiretamente, qualquer questão atinente a ele, embora fale sobre a evolução da visão da Disney sobre a figura feminina e a busca por reconhecimento de sua importância na sociedade. Assim, conforme busca feita em todo o texto, não há menção à palavra em nenhuma das páginas do trabalho.

Também, do mesmo modo, não há referência de nenhum dos elementos constitutivos das DCN's - regime democrático, pluralismo de ideias e opiniões, cultura da paz, direitos humanos, liberdades públicas, justiça social e desenvolvimento sustentável.

O autor do PE/TCC 06 toma como base de estudo a escritora francesa Simone de Beauvoir e a filósofa e escritora americana, Judith Butler. A partir das ideias de cada uma, transporta para o projeto suas ideias sobre o gênero masculino e feminino. Ambas as opiniões e conceitos são expostos durante o trabalho, no entanto não se fala em nenhum momento sobre questões atinentes aos direitos humanos, por exemplo, o que por sua vez, desembocaria numa discussão do processo de construção da cidadania feminina.

Projeto Experimental/TCC 07	
Título	Volver: uma análise da comunicação no filme de Pedro Almodóvar sob a ótica <i>Junguiana</i>
Palavras-chave	Pedro Almodóvar, Arquétipos, Comunicação, Comunicação Subjetiva, Gustav Jung, Inconsciente.
Resumo	O cinema é a arte de comunicar através das imagens, sentimentos, sensações, conceitos e significados que podem e vão além do objetivo. Em nível subjetivo a sétima arte faz ligação direta com a semiótica e sua forma de analisar o processo comunicacional, no entanto também faz comunicação com outras teorias tão significativas quanto, como a psicologia analítica, o inconsciente e os materiais

	neles dispersos. Sendo assim, inconsciente ou conscientemente o cinema fala de pessoas, contos, histórias, que nos remetem a outras, e outras, e mais outras, levando-nos até a ancestralidade dos temas. É a partir desse mote que analisaremos o filme <i>Volver</i> , do cineasta espanhol Pedro Almodóvar, na busca de entender como sua linguagem fílmica e imagética se torna universal pela utilização de símbolos e signos que permeiam há muito nossas vidas e que foram analisados de forma significativa por Gustav Jung.
Objetivo (s)	- Entender como a linguagem do filme se torna universal pela utilização de símbolos e signos.

Figura 07

Constatou-se que no PE/TCC 07, após busca realizada em toda a extensão do trabalho, não há qualquer menção ao termo cidadania e nem tampouco uma aplicação, ainda que de forma indireta, ao tema. Também, após verificação, não se observou nenhum dos elementos constitutivos das Diretrizes Curriculares Nacionais e que norteiam o andamento desta pesquisa.

O projeto trata da importância e do papel da comunicação feita por meio da imagem. Analisa, no contexto do filme, como as mensagens e seus significados são transportados para o cotidiano das pessoas.

Projeto Experimental/TCC 08	
Título	A utilização do Twitter pela assessoria do Clube 15 de Novembro: Um estudo sobre mensagens enviadas à rede na transmissão da partida contra o Futebol Clube Marau.
Palavras-chave	Jornalismo; Jornalismo Esportivo; Assessoria de Imprensa; Esporte; Futebol.
Resumo	O jornalismo se expande cada vez mais e busca novas plataformas para informar o público. As tradicionais transmissões de televisão, rádio e as coberturas dos jornais impressos hoje dividem espaço com as redes sociais, rápidas e emergentes. Por outro lado, o futebol – paixão nacional – move multidões e está sempre presente na mídia. A união do esporte com o jornalismo resultou neste trabalho, que analisou uma transmissão esportiva via Twitter de uma partida da terceira divisão estadual do Rio Grande do Sul marcada pela irreverência e por fugir dos padrões de assessoria de imprensa. Para tanto, foi necessário passar pelo que entendemos de jornalismo, jornalismo especializado e assessoria, bem como compreender ideias e novas mídias, sempre buscando

	interpretar a linguagem de forma profissional, auxiliados por conceitos de Lovisolo (2011) e Lage (2003, 2008).
Objetivo (s)	- Verificar se o trabalho realizado pela assessoria do Clube 15 de Novembro de Campo Bom se encaixa na linguagem do jornalismo esportivo.

Figura 08

O PE/TCC 08 se ateuve a questões técnicas na abordagem de seu foco. Concluiu que a linguagem foi a grande arma da assessoria, seja pela excentricidade ou pelo humor, que deram espaço nacional ao clube em grandes jornais. Não abordou, seja direta ou indiretamente, qualquer questão atinente à cidadania, de acordo com a busca feita em toda a extensão do trabalho. O mesmo se aplica aos elementos constitutivos das DCN's - regime democrático, o pluralismo de ideias e opiniões, a cultura da paz, os direitos humanos, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável.

Projeto Experimental/TCC 09	
Título	Análise de linguagem da Revista Superinteressante e a utilização de padrões humorados como estilo textual
Palavras-chave	Humor; Revista; Jornalismo Científico; Linguagem; Ironia.
Resumo	Esta monografia visa estudar a relação da linguagem humorada da revista Superinteressante com o jornalismo científico apresentado pela mesma e analisar de que maneira sua influência está presente nesta vertente jornalística especializada. A análise do objeto principal deste trabalho, a reportagem de capa "O novo Judas" (publicada em maio de 2006), procura compreender como a revista se apropria de estruturas linguísticas específicas para contribuir, ou não, com conceitos propriamente ligados ao jornalismo. O presente material dialoga com características humoradas, como coloquialismos e leitura descontraída (diferenciado-as das de caráter meramente humorístico), e sua união com os critérios de noticiabilidade, como os valores-notícia e a espetacularização.
Objetivo (s)	- Analisar formas de linguagem no contexto jornalístico e humorístico da revista;

Figura 09

O PE/TCC 09 analisou a categoria linguística de jornalismo e humor, e como elas constituem e formam as principais matérias de capa do veículo, beneficiando-se do entretenimento para abordar temas jornalísticos.

Não abordou, direta ou indiretamente, questões relacionadas com a cidadania, ainda que tenha chegado à conclusão de que a utilização do humor na imprensa também serve para gerar nos destinatários da informação a necessidade de refletir com seriedade sobre os assuntos veiculados na revista.

Não citou, em nenhuma das páginas do trabalho, qualquer dos elementos indicadores para o aperfeiçoamento da cidadania e contidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Jornalismo - regime democrático, o pluralismo de ideias e opiniões, a cultura da paz, os direitos humanos, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável.

Projeto Experimental/TCC 10	
Título	A Infografia como gênero jornalístico - estudo de caso: jornal Folha de Pão Paulo
Palavras-chave	Infográfico; Jornalismo; Gênero Jornalístico; Recursos Visuais.
Resumo	O presente trabalho desenvolve uma abordagem ao tema da infografia jornalística no suporte impresso. É realizado com base em um estudo de caso o jornal Folha de São Paulo. Para este estudo foram recolhidas e classificadas as infografias presente no jornal em análise em duas edições do mês de agosto/2014. Este estudo procura mostrar a importância do estudo científico da infografia como gênero jornalístico, não só para os estudantes de jornalismo, como também para os profissionais da área. Utilizando-se da referência bibliográfica sobre esta problemática, o nosso estudo procura oferecer um dispositivo de classificação que possa facilitar a identificação, diferenciação, e a categorização da infografia. Para isso utilizou a classificação da autora Tattiana Teixeira (2010).
Objetivo (s)	- Mostrar a importância do estudo científico da infografia como gênero jornalístico, não só para os estudantes de jornalismo, como também para os profissionais da área.

Figura 10

O PE/TCC 10 tem como base de análise somente aspectos técnicos de seu objeto de estudo, não tendo sido registrada nenhuma passagem do termo

cidadania ao longo do trabalho, nem tampouco dos elementos que constituem as Diretrizes Curriculares Nacionais e norteadores desta dissertação.

Realizou um estudo sobre o uso da infografia como componente jornalístico de amostragem de dados e informações no veículo de comunicação impresso.

5.2 Projetos Experimentais que fazem referência, de forma parcial, à questão da cidadania e seus elementos

Projeto Experimental/TCC 11	
Título	Teoria da Nova Ordem Mundial Análise visual dos murais do Aeroporto Internacional de Denver
Palavras-chave	Nova Ordem Mundial, Conspiração, Comunicação Visual, Aeroporto Internacional de Denver.
Resumo	A teoria conspiratória da Nova Ordem Mundial é um assunto que chama a atenção e intriga a muitos devido a uma série de fatores, como o uso banalizado sobre o tema na mídia e como o fato de ser possível encontrar elementos da teoria conspiratória em lugares como o Aeroporto Internacional de Denver; razões pela qual a pesquisadora escolheu para falar sobre o assunto. O método utilizado para a análise foi baseado na teoria de semissimbolismo fornecida por Pietroforte (2010); e a pesquisa foi realizada em duas etapas, primeiramente foram analisados quatro murais presentes no Aeroporto Internacional de Denver a fim de descobrir se há ou não alguma referência à teoria conspiratória, e a segunda etapa foi analisado os dados fornecidos por 15 participantes de um questionário realizado entre alunos do curso de Comunicação Social da UCPel, que teve como objetivo descobrir qual a opinião destes participantes. Desta forma, pôde-se concluir que existem referências à teoria conspiratória nos murais; e, portanto, através do questionário, chegou-se a conclusão que nem todos os murais possuem elementos referentes à teoria.
Objetivo (s)	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer uma análise visual dos murais do Aeroporto Internacional de Denver; - Verificar se em seus murais há sinais, nas imagens neles contidas, de referência à teoria da conspiração e à chamada Nova Ordem Mundial.

Figura 11

No PE/TCC 11 foi abordada a Teoria da Nova Ordem Mundial analisando as imagens contidas nos quatro murais do Aeroporto Internacional

de Denver, onde o objetivo era encontrar ou não a presença de alguma alusão à teoria conspiratória. Podemos destacar que mesmo não abordando diretamente o tema cidadania, o referido PE/TCC expõe no seu trabalho mecanismos de controle social como o medo, a repressão, a religião, o populismo etc., mas sempre encaminhando o assunto para a análise dos murais do Aeroporto e a existência ou não de mensagens sub-reptícias nas imagens.

Quando se fala na construção da cidadania o que se percebe de forma mais incisiva é a presença do desejo de libertação daqueles que se veem atrelados a formas de domínio econômico ou político, o que se encaixa no objeto de estudo da aluna. Conforme já mencionado nesta pesquisa, Rousseau dizia que se buscava na cidadania formas de expressão de pensamento e representatividade cujo objetivo era a transformação social, a manifestação do indivíduo e maneiras de se autogovernar.

Assim, embora não aborde diretamente o tema cidadania, discorre sobre mecanismos de domínio da sociedade e sobre a importância da imagem sobre a consciência do ser humano. Segundo a pesquisa, tais mecanismos se referem aos discursos (discurso direto, indireto e indireto livre) que revelam que há dois campos presentes, o campo de manipulação consciente e o campo de determinação inconsciente, ambos desembocando na inserção do medo, na determinação das crenças e da religião e no exercício do populismo. Quanto à imagem, tais discursos perpassam sobre ela e a transformam em representações. Essas representações são consequências do contexto histórico, social, político e econômico de cada época.

Com a evolução desses elementos que definem o funcionamento de uma sociedade, a linguagem e seus processos de desenho (imagens), colocou-se o último em perspectiva. Assim, segundo o PE/TCC 11, página 14, a imagem obteve **cidadania**, pois adquiriu novas definições, considerando que variam de indivíduo para indivíduo, já que são concebidas diferentemente a cada olho que vê, e aumenta a capacidade de representação daquilo que vê como sendo algo mais próximo ao real.

Segundo o PE/TCC em questão, a Teoria da Nova Ordem Mundial, seria aos olhos dos seus idealizadores, uma conspiração benevolente por políticos progressistas que traria a humanidade a um nível mais elevado de civilização,

no entanto, sempre encaminhando o assunto para a análise dos murais do Aeroporto Internacional de Denver e a existência ou não de mensagens sub-reptícias nas imagens.

Os demais elementos contidos nas DCN's do curso de Jornalismo - regime democrático, pluralismo de ideias e opiniões, cultura da paz, direitos humanos, liberdades públicas, justiça social e desenvolvimento sustentável – conforme busca feita em toda a extensão do PE/TCC 11, não foram mencionados em nenhum momento.

Projeto Experimental/TCC 12	
Título	Jornalismo econômico no Jornal da Globo: linguagens e valores notícia
Palavras-chave	Jornalismo Econômico, Jornal da Globo, Valor-notícia, Linguagem
Resumo	Este trabalho, chamado “Jornalismo Econômico no Jornal da Globo: linguagem e valores notícia” visa analisar os elementos de linguagem característicos do jornalismo econômico dentro do Jornal da Globo, além de analisar quais motivos fizeram as notícias analisadas serem veiculadas. Foi utilizado o método da análise de conteúdo, para que fossem qualificadas as linguagens e os valores. Na bibliografia deste trabalho é destacada a obra de Kucinski, na área do jornalismo econômico, além de Caldas. Também são presentes no referencial, autores como Hohfeldt, Wolf e Curado.
Objetivo (s)	- Analisar os elementos de linguagem característicos do jornalismo econômico dentro do Jornal da Globo e seus elementos formadores de valores-notícia; - Observar quais agentes tornaram motivadores as notícias em questão veiculadas.

Figura 12

O PE/TCC 12 faz uma ligação entre a situação econômica do país e a liberdade que tem a imprensa em divulgar tais dados. Por isso, menciona, ainda que de forma superficial, os elementos regime democrático e direitos humanos, no que se refere ao direito que tem a sociedade – do mais pobre ao mais rico - e de saber prognósticos e diagnósticos da condição financeira de seu país.

Também provoca a reflexão sobre a importância da estabilização de um regime democrático de governo, possibilitando a livre circulação da notícia.

Desta forma, embora não tenha abordado, em nenhum momento a temática cidadania, fez menção, como já citado acima, na página 28, a um dos elementos constitutivos das DCN's e que norteia esta pesquisa - regime democrático - quando diz que o fim da ditadura desencadeou também o fim da censura na imprensa, possibilitando liberdade aos meios que trabalham com jornalismo econômico. Disse ainda que com o fim da ditadura e a conquista de um **regime democrático**, manobras, manipulações, falsificações de índices de inflação tornaram-se impossíveis de acontecer, pois sempre haverá uma instituição a denunciar, o cidadão a protestar, a imprensa livre a publicar. Aqui, poderiam ter sido explorados os elementos pluralismo de ideias e opiniões e ainda liberdades públicas, haja vista estarem ligados à forma aberta e acessível de comunicação e divulgação de fatos e ideias.

O elemento constitutivo das DCN's – direitos humanos – também é citado no referido PE/TCC, na página 33, quando é abordada a questão do respeito pelo mais fraco. Conforme o projeto, o jornalista deve ser crítico e não tomar partido em ações que façam a balança da economia aumentar o seu desequilíbrio. Ainda de acordo com o PE/TCC 12, o jornalista deve colaborar para a diminuição de injustiças e desigualdades, lutar contra o autoritarismo e o desrespeito aos **direitos humanos**. Deve-se ainda, de acordo com o projeto, dar espaço aos que não podem se manifestar. O projeto poderia ter relacionado, sob esse aspecto de análise, o elemento justiça social, já que conceder voz e vez aos mais fracos oportuniza a promoção da justiça aos desvalidos.

Os demais elementos contidos nas DCN's - o pluralismo de ideias e opiniões, a cultura da paz, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável – conforme busca feita em toda a extensão do PE/TCC 12, não sofreram qualquer tipo de referência.

Projeto Experimental/TCC 13	
Título	Jornalismo Humorístico ou Humorismo Jornalístico: uma análise da abordagem política no CQC
Palavras-chave	Jornalismo; Humor; Telejornalismo; Jornalismo Político; CQC.

Resumo	O presente trabalho propõe uma discussão a respeito da abordagem política feita no programa CQC, que tem o conteúdo mesclado entre o jornalismo e o humor. Exemplar dos fait divers, o CQC é um programa de variedades, com linguagem humorística, e que se apropria de elementos jornalísticos em algumas abordagens, como no caso das pautas políticas. Fugindo da forma padronizada dos telejornais, o CQC não só se difere na linguagem usada: mais informal, mais desleixada, mas também em forma e conteúdo. A mescla entre humor e jornalismo abre precedente para interpretações diferentes acerca da abordagem política. Historicamente, o humor é usado em diversas situações como um mecanismo de criticar, uma linguagem alternativa que contesta valores e posturas, ou simplesmente para diversão e entretenimento. O referencial teórico, distribuído em dois capítulos, o Humor e o Jornalismo, está ancorado em Cury (2010), Santos e Ferreira (2012) e Saliba (2011), Lipovetsky (2004), Paternostro (1987), Vizeu (2005), Dejavite e Goldenstein (1987), entre outros. A metodologia utilizada é a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977), que incluiu a metodologia desenvolvida na pré-análise, a exploração do material e a inferência e interpretação dos dados, o que se alinha ao objetivo do trabalho.
Objetivo (s)	- Analisar a linguagem jornalística e o discurso político usado na produção do programa humorístico CQC.

Figura 13

O PE/TCC 13 analisou o jornalismo humorístico ou humorismo jornalístico na abordagem política do programa de televisão CQC, no qual a discussão do papel e da função de um quadro voltado para a política dentro de um programa de humor deveria provocar uma discussão e prestar um serviço público abordando o sistema político vigente.

O referido trabalho alia humor à crítica, e conforme o trabalho emprega-se o jornalismo interpretativo, em que o valor opinativo impera permitindo que o público faça suas próprias conclusões.

Essa construção usada pelo programa CQC pode servir como instrumento de fixação e ampliação dos direitos da cidadania, eis que proporciona o acesso os telespectadores ao vazio da política nacional.

Entretanto, não há a intenção direta de educar e provocar o raciocínio crítico como fator preponderante das matérias, mas sim de colocar os alvos das reportagens em situação constrangedora ou vexatória. Ainda que esse

modo de agir acabe também por gerar como resultado a percepção das pessoas em torno das dificuldades da política nacional, pode mascarar a viabilidade da compreensão por utilizar linguagem agressiva, dúbia, longe do entendimento daqueles que não tem um grau elevado de instrução e conhecimento.

Afirma o PE/TCC 13 que, embora o CQC tenha um perfil humorístico e seja o humor um caminho para a crítica, as características do programa comprometem a abordagem, e isso se dá por conta de vários fatores: um deles é o fato de ser o CQC um produto enquadrado à lógica da Indústria Cultural. Se há insatisfação da população com a classe política, uma abordagem que use a imagem deles para fazer piada pode ser um atrativo para audiência. O programa se apropria de uma pauta importante e a enquadra na lógica de mercado, que é a lógica de tornar o produto rentável.

Nesse sentido, cabe a analogia feita por Traquina (2004) quando estabelece dois polos do campo jornalístico: polo positivo - referindo-se ao ideológico, e o polo negativo - o econômico. Para o autor, o primeiro é o que comporta o exercício da cidadania, onde a defesa dos direitos dos cidadãos frente aos abusos de poder deve ser feita por meio de estratégias comunicacionais, suas ideias e valores. Emprega-se aí a questão dos direitos humanos, da justiça social, da pluralidade de ideias. Desta forma, pode-se entender que o tema em questão, segue uma linha cidadã em alguns aspectos.

O PE/TCC 13 diz que o programa CQC une jornalismo a entretenimento e usa a mesma linguagem humorística para a política e para os demais assuntos dando margem à discussão do papel e da função de um quadro voltado para a política dentro de um programa de humor.

Em seu capítulo 2, o projeto aborda o Jornalismo e em seu subitem, 2.1 faz um breve histórico sobre a profissão e seu surgimento. Nele, a cidadania é mencionada, na página 26, quando se refere ao processo de comunicação que precede o jornalismo, à circulação da informação e às discussões acerca da política e da vida pública.

Diz que na antiguidade o que acontecia no cenário social e político do Império eram descritos em papiros e que essa prática, de certa forma, podia ser considerada o princípio do jornalismo. Segundo o PE/TCC 13, as discussões ligadas à **cidadania** aconteciam nas praças de Atenas, na Grécia.

Entende ainda que o fato de o humor ser usado em mesmo teor tanto em entrevistas com políticos como com celebridades pode fazer com que a abordagem política perca legitimidade e, ao invés de provocar uma discussão acerca da atividade política – e de prestar um serviço público abordando a política – pode acabar, pelo contrário, despolitizando a pauta e fazendo com que se torne mais um pretexto para, apenas, fazer piada.

Afirma que em muitas aberturas de reportagens do CQC é possível identificar claramente elementos jornalísticos, como valor-notícia da informação, e informações complementares, além de imagens para ilustrar a narração dos repórteres.

Por abordar a política como um dos principais assuntos, percebe-se que o programa de humor ácido também pode auxiliar na informação e no desenvolvimento das pessoas como membros da coletividade e destinatárias de elementos relativos à cidadania, embora por vezes se mostre difícil entender se a finalidade é educar para esses valores ou praticar o humor debochado e irreverente em si mesmo para fins de captação de audiência televisiva.

Observa que o programa emprega o humor aliado à crítica, dá vazão ao jornalismo interpretativo, *linkando* uma coisa à outra e interpretando uma de acordo com a outra e emitindo uma opinião. Sarcasmo, que é repertório humorístico usado dentro de um contexto político, para tecer crítica e, por fim, servir como elemento jornalístico, ao apresentar caráter interpretativo/opinativo.

Humor dentro da reportagem, mais uma vez servindo para subverter e criticar. Vê-se nisso a perspectiva de que o mecanismo idealizado pelo CQC possa servir como instrumento de fixação e ampliação dos direitos da cidadania, eis que proporciona o acesso os telespectadores ao vazio da política nacional e à reflexão necessária em torno desse lamentável quadro.

Ainda dentro do capítulo 2, quando sua abordagem se dirige à busca histórica do jornalismo e sua ligação com o humor, o PE/TCC 13, em sua página 24, faz menção ao elemento constitutivo das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Jornalismo. Diz o Projeto, com texto alusivo ao jornal O

Pasquim⁸. Refere a pesquisa, que os humoristas do Pasquim praticavam um humor centrado na denúncia da coerção e da violação dos **direitos humanos**.

Segundo o PE/TCC em análise, no referido programa jornalístico/humorístico não há a intenção direta de educar e provocar o raciocínio crítico como fator preponderante das matérias, mas sim de colocar os alvos das reportagens em situação constrangedora ou vexatória. Ainda que esse modo de agir acabe também por gerar como resultado a percepção das pessoas em torno das dificuldades da política nacional, pode mascarar a viabilidade da compreensão por utilizar linguagem por demais agressiva e repleta de dubiedades certamente inacessíveis em seu real conteúdo a quem não tenha certa capacidade crítica.

Afirma que embora o CQC tenha um perfil humorístico e seja o humor um caminho para a crítica, as características do programa comprometem a abordagem, e isso se dá por conta de vários fatores: um deles é o fato de ser o CQC um produto enquadrado à lógica da Indústria Cultural: se há insatisfação da população com a classe política, uma abordagem que use a imagem deles para fazer piada pode ser um atrativo para audiência: se apropria de uma pauta importante e a enquadra na lógica de mercado, que é a lógica de tornar o produto rentável.

O que a pesquisa, no entanto, conclui é que o programa pode acabar despolitizando o telespectador, que ao assistir está mais interessado nas piadas do que na pauta em si. Mas por outro lado, pode-se dizer ainda que estabelece uma relação com a finalidade de auxiliar na informação e no desenvolvimento das pessoas como membros da coletividade e destinatárias de elementos relativos à cidadania. Relembremos o que Santos (2006, p. 03) diz sobre tal interação. Esfera pública, define ele, é o espaço de comunicação entre os jornalistas e seu público, não sob uma ótica institucional, política, e sim num sentido “comunicativo e interativo”. “Desenvolve-se assim uma consciência de cidadão”.

Os demais elementos balizadores desta pesquisa - o regime democrático, o pluralismo de ideias e opiniões, a cultura da paz, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável, não foram

⁸Semanário alternativo brasileiro, editado entre 1969 e 1991, era reconhecido por seu papel de oposição ao regime militar. Em https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Pasquim.

encontrados ao longo do projeto em nenhum dos capítulos que o formam.

Projeto Experimental/TCC 14	
Título	Argumentação e jornalismo: Análise das colunas do jornalista Reinaldo Azevedo no Jornal Folha de S. Paulo
Palavras-chave	Argumentação; Coluna de Opinião; Jornalismo; Jornalismo Opinativo; Retórica.
Resumo	Esta monografia tem como objetivo principal analisar os argumentos utilizados por Reinaldo Azevedo em suas colunas no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> . Também são objetivos deste estudo observar quais os tipos de argumentos definidos por Chaïm Perelman, na Nova Retórica, são mais utilizados por Reinaldo Azevedo; verificar quais os tipos de argumentos da Nova Retórica são aplicáveis para o estudo de textos jornalísticos; e analisar como os elementos referentes ao auditório presentes nos estudos de Perelman se revelam nos textos de Reinaldo Azevedo. Para isso, a metodologia adotada tem como base a análise de conteúdo, sendo esta adaptada para os objetivos desta monografia e tendo, portanto, como categorias de análise os tipos de argumentos definidos por Perelman. O <i>corpus</i> de análise é composto por cinco colunas de Azevedo publicadas no mês de maio de 2014. Para a construção teórica sobre retórica e argumentação são principalmente utilizados, além de Perelman, os seguintes autores: Aristóteles, Philippe Breton e Gilles Gauthier, António Fidalgo, Olivier Reboul e Anthony Weston. Para o tema do jornalismo, seus gêneros e, especificamente, o jornalismo opinativo são utilizados os estudos de: Lailton Alves da Costa, Anabela Gradim, José Marques de Melo, Ana Regina Rêgo e Maria Isabel Amphilo e Jorge Pedro Sousa.
Objetivo (s)	- Analisar os argumentos utilizados por Reinaldo Azevedo em suas colunas opinativas no jornal Folha de São Paulo.

Figura 14

O PE/TCC 14 teve como finalidade analisar cinco colunas do jornalista Reinaldo Azevedo e seus textos opinativos no jornal Folha de São Paulo. Em cada coluna são destacados, basicamente, quatro elementos: os temas abordados; a tese defendida; os argumentos utilizados e quais são os mais relevantes para a argumentação; e a estrutura argumentativa da coluna. As colunas analisadas foram as seguintes:

Coluna 1 – Título: Os vivos e os mortos

Data: 02 de maio de 2014

Temas abordados: Polícia; Política; Jornalismo

Tese: Na média, a imprensa atua segundo uma ideologia de esquerda

Coluna 2 - Título: Fabiane e a maçã envenenada

Data: 09 de maio de 2014

Temas abordados: Polícia; Política

Tese: As falhas de governo são a causa da morte de Fabiane

Coluna 3 - Título: Os Pestanas e o terrorismo do PT

Data: 16 de maio de 2014

Temas abordados: Economia; Política

Tese: Caso Dilma seja reeleita, prevê-se um futuro pavoroso

Coluna 4 - Título: O nome da baderna é Dilma85

Data: 23 de maio de 2014

Tema abordado: Política

Tese: O PT é o responsável pela desordem no Brasil

Coluna 5 - Título: O Partido do Crime

Data: 30 de maio de 2014

Temas abordados: Política; Polícia

Tese: O PT é um partido envolvido com o crime organizado

Baseado em temas diversos, e principalmente com foco na situação política do país e seu sistema de governo, após busca feita ao longo do texto, não foi constatada nenhuma referência à temática cidadania diretamente.

No que se refere aos elementos balizadores desta pesquisa contidos na primeira das competências das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Jornalismo, o termo **justiça social** aparece uma vez em toda a extensão do trabalho, na página 79, onde se refere à coluna analisada de número 02, quando o jornalista traz à baila o espancamento de Fabiane Maria de Jesus, confundida com uma sequestradora de crianças.

O elemento direitos humanos, atinente à cidadania, se enquadraria nessa temática, haja vista a injustiça cometida nesse caso e que resultou em uma vítima desprovida, que naquele momento, de qualquer chance de defesa.

Tecendo críticas aos atos de vandalismo que alguns utilizaram para protestar contra o governo em vigência, desacatando leis e normas constituintes que regem uma democracia; e ao mesmo tecendo críticas contra

o próprio governo, diz o jornalista, objeto da pesquisa do PE/TCC 14 em seu oitavo parágrafo da coluna de análise número dois: “e arremato observando que, nos últimos tempos, há um indiscreto incentivo no país ao ‘faça você mesmo a sua **justiça social**’, sem dar bola para as leis. Não se iludam: quem flerta com depredadores do bem público, com invasores da propriedade alheia e com incendiários da ordem democrática – leu bem, presidente Dilma? – está dando uma piscadela a linchadores. É a maçã envenenada da desordem” (AZEVEDO, 09/05/2014, p. A11).

Os demais elementos apresentados nas DCN’s que são o regime democrático, o pluralismo de ideias e opiniões, a cultura da paz, as liberdades públicas e o desenvolvimento sustentável não apareceram em nenhum período do trabalho analisado.

O autor do PE/TCC 14 concluiu no sentido de que é possível estudar objetos jornalísticos por meio do viés da retórica e da argumentação e que os resultados podem ser interessantes e revelar diversos elementos sobre o jornalismo. E, reiteramos, apesar de observar textos jornalísticos capazes de despertar o pensamento crítico, reivindicatório, de participação e pertencimento característicos da temática cidadania, limitou-se a apenas examinar os métodos empregados pelo autor e as relações deles com os aspectos teorizados do jornalismo, em especial acerca do elemento argumentação.

Projeto Experimental/TCC 15	
Título	A música como forma de comunicação na ditadura militar brasileira (1964-1985): um estudo a partir da percepção de alunos do ensino médio
Palavras-chave	Música; Comunicação; Ditadura Militar.
Resumo	A comunicação e a música, não apresentam, num primeiro momento de análise, relações entre si. Mas, ao observarmos as singularidades dessas duas áreas de conhecimento, podemos consubstanciar com os estudos que evidenciam, através de resultados concretos, que esses dois campos estão intimamente ligados. Fundamentamo-nos nesta teoria para propor, neste Trabalho de Conclusão de Curso, uma análise sobre a música como forma de comunicação no período da ditadura militar. Para tal, o Estado da Arte desta pesquisa ancora-se em referenciais que sustentam a teoria de que a música e a comunicação estão imbricadas de tal forma que pode-se pensar que o indivíduo, ao entrar em contato com o estudo da arte, acaba relacionando-se com os

	estudos na área da comunicação. Para sustentar esta teoria, nos reportamos a alunos do ensino médio de uma escola localizada na cidade de Pelotas/RS. Esses estudantes analisaram a letra de uma obra composta no período da ditadura militar e deveriam expressar de que forma a canção apreciada comunicava o contexto da ditadura.
Objetivo (s)	- Analisar a música como forma de comunicação no período da ditadura militar, tendo por base estudo feito junto a alunos do ensino médio.

Figura 15

No PE/TCC 15, a análise que se faz é quanto à música como forma de comunicação no período da ditadura militar brasileira (1964-1985). Pode-se incorporar nele, o exercício e a afirmação da cidadania por meio da arte musical, das mensagens subliminares de afirmação da resistência e de liberdade no período do regime militar. Sustenta que a música, assim como as demais formas artísticas, é uma linguagem que expressa e comunica aos homens sentimentos, emoções e se aproxima, pelas suas singularidades e semelhanças, à linguagem verbal, empregando, todavia, códigos e características próprios para comunicar as suas ideias e intenções. O que se enquadra na temática cidadã, já que um dos vieses do tema diz respeito às manifestações de existência e pertencimento ao meio social em que se está inserido.

Há aí também a preocupação com valores humanísticos, sociais, que fazem parte da formação individual dos seres humanos. Reportemo-nos às Diretrizes Curriculares quando dizem que no jornalismo se deve valorizar a cultura popular, crenças e tradições; arte, literatura [...] bem como os fatores essenciais para o fortalecimento da democracia, entre eles as relações internacionais, a diversidade cultural, os direitos individuais e coletivos [...].

O estudo analisado ainda diz que a música é considerada importante meio de comunicação e por isso influencia o ambiente social com suas letras que podem despertar opiniões e desenvolver nas pessoas ideias sobre a realidade em que se vive. Portanto, a partir do trabalho examinado, é possível perceber que o exercício da cidadania também é viável por meio de mensagens contidas em músicas, ainda que em tempos de democracia e normalidade institucional.

Por meio do objetivo da pesquisa, o autor do PE/TCC 15 acabou por ingressar no plano do exercício e afirmação da cidadania por meio da arte musical, ainda que de forma indireta e sem fazer referência ao termo, propriamente dito, uma única vez ao longo do trabalho. Tal colocação se faz, haja vista estar a cidadania aplicada, em termos contemporâneos, à relevância da música para os jovens. Essa mesma importância se observou, durante a análise do Projeto, no período do regime militar, por levar à população mensagens subliminares de resistência e de liberdade.

O referido PE/TCC sustenta que a música, assim como as demais formas artísticas, é uma linguagem que expressa e comunica aos homens sentimentos, emoções e se aproxima, pelas suas singularidades e semelhanças, à linguagem verbal, empregando, todavia, códigos e características próprios para comunicar suas ideias e intenções.

Diz que a música contribui no desenvolvimento de habilidades gerais, intelectuais e sociais; que a educação musical auxilia na concentração e atenção, até alcançar o nível de fazer evoluir a leitura e a escrita. Por isso, o indivíduo adquire maior capacidade de compreensão e de interpretação dos acontecimentos, tendo como base o desenvolvimento obtido a partir da sua integração com a música.

Observa o PE/TCC 15 ainda, que a música deve ser reconhecida não apenas como arte intrínseca à vida do homem, mas também como meio de comunicação. No período da ditadura militar, a música foi utilizada por muitos artistas como forma de denunciar a repressão enfrentada pelos brasileiros, sendo que muitos compositores tiveram as suas obras censuradas pelo governo militar, que enxergava na música desses artistas uma ameaça ao regime instalado.

O autor do Projeto Experimental diz também que para subverter o regime instalado no Brasil, vários compositores alteravam palavras e frases das suas composições tentando, de alguma forma, expressar seus sentimentos e revolta em relação ao governo militar. Para ele, a música teve um importante papel nesse período, posto que os jornais, rádios, revistas e profissionais da área do jornalismo que declaravam de forma direta sua oposição ao regime foram censurados.

Salienta o PE/TCC 15 que a música foi uma grande aliada contra o poder do regime. Como forma de expressão e meio de comunicação, ela foi a voz que muitas pessoas não tiveram, sendo, portanto, a esperança de muitos brasileiros. Portanto, a partir do trabalho examinado é possível perceber que o exercício da cidadania também é viável por meio de mensagens contidas em músicas, ainda que em tempos de democracia e normalidade institucional. A maior ou menor utilidade desse mecanismo de conscientização dependerá, evidentemente, da qualidade da mensagem e da capacidade de compreensão do público alvo.

O autor do PE/TCC em questão, para tanto, buscou compreender como oito estudantes de uma escola do ensino médio de Pelotas, com idades entre 14 e 17 anos, interpretavam uma letra de música composta no período da ditadura militar e se esses sujeitos conseguiam captar a mensagem implícita na obra do artista selecionado. Para isso, os alunos foram divididos em dois grupos. Eles ouviram a canção “Apesar de Você”, de Chico Buarque, composta em 1970.

O autor do PE/TCC 15 concluiu que o grupo que conhecia a realidade da época em que a obra foi composta, e o grupo que desconhecia o momento, apresentaram concepções distintas.

O primeiro percebeu que a obra espelhava um momento de opressão e de violência, mas não a relacionou com o período militar. O grupo em questão conseguiu identificar as mensagens subliminares contidas na canção, compreendendo algumas ideias que o compositor queria comunicar. O segundo grupo também identificou as mensagens subjacentes contidas nas obras. Entretanto, tomando como base que seus membros já conheciam a realidade e o contexto em que a obra foi composta, tornou-se mais fácil estabelecer conexões com o período militar. Afirmou que a música é uma importante fonte de comunicação, podendo, em muitos casos, ser uma forma de expressão mais reveladora do que a própria palavra ou qualquer outra manifestação artística.

Surgiram as seguintes categorias de classificação que expressavam a percepção dos estudantes acerca do período da ditadura por meio da música ouvida: opressão, medo, esperança, tristeza, música e ditadura.

Ainda assim, mesmo sob todos esses aspectos de análise, nenhum dos elementos constitutivos das DCN's que regem a formação do jornalista no Brasil foi mencionado de forma explícita.

Ao observarmos as categorias que emergiram após a audição dos estudantes e suas ponderações com relação à música, objeto do estudo, todas elas poderiam ser amplamente debatidas e interligadas aos elementos: regime democrático, pluralismo de ideias e opiniões, cultura da paz, direitos humanos, liberdades públicas e justiça social. No entanto, isso não aconteceu. Não foram discutidas em nenhuma oportunidade durante toda a extensão do trabalho.

5.3 Projetos Experimentais que fazem referência, de forma satisfatória, à questão da cidadania e seus elementos

Projeto Experimental/TCC 16	
Título	Análise Crítica da reportagem de <i>Veja</i> “Cuba: é proibido prosperar”
Palavras-chave	Jornalismo; Poder; Liberdade; Subjetividade; Ideologia; Cuba; Discurso; Hegemonia.
Resumo	O presente trabalho tem por objetivo analisar uma reportagem especial veiculada na <i>Revista Veja</i> . Levando-se em consideração os aspectos ideológicos da revista semanal pretendemos estudar de que forma a publicação deixa transparecer sua linha editorial através da prática discursiva. Intitulada “Cuba: é proibido prosperar”, a matéria foi escrita pelo jornalista Duda Teixeira, integrando a edição número 2.346 de <i>Veja</i> . O propósito desta monografia é observar e analisar criticamente, através do emprego da Análise Crítica do Discurso (ACD), elementos subjetivos que estejam atrelados à carga ideológica da Revista e seus interesses corporativos. As circunstâncias que influem na elaboração de matérias jornalísticas, como o modelo industrial de produção de notícias, e a organização social – baseada em hegemonias ideológicas e coerção social – servem de embasamento introdutório para o estudo de caso deste trabalho.
Objetivo (s)	- Analisa o papel do Estado como propagador e reforçador de ideologias dominantes; - Avalia o papel da educação na formação do ser individual.

Figura 16

Análise Crítica da reportagem de *Veja* “Cuba: é proibido prosperar” foi o tema do Projeto Experimental/TCC 16 onde analisa a matéria veiculada na Revista *Veja*. Por meio do exame crítico do discurso, ele observou elementos subjetivos que estivessem atrelados à carga ideológica da Revista e seus interesses corporativos, além de avaliar o papel do Estado como propagador e reforçador de ideologias dominantes e o papel da educação na formação do ser individual.

Esse foco vai ao encontro dos conceitos contemporâneos de cidadania, que rejeita questões de coibição ou repressão social, controle midiático, econômico ou político; supressão dos direitos de livre expressão e manipulação de ideias e valores.

O PE/TCC 16 tem como base o conceito de coerção social proposto pela teoria dos Fatos Sociais - desenvolvida por Émile Durkheim no final do século 19. Antes de desenvolver sua pesquisa com base em seu objeto de estudo: a reportagem veiculada pela Revista *Veja*, em novembro de 2013, que fala sobre Cuba em seu contexto político, social e econômico – o texto foi dividido em capítulos cujas temáticas abordam a questão do surgimento das sociedades, sua identidade e ideologias dominantes; o Estado e suas relações de poder; os processos ideológicos na comunicação de massa – suas teorias, o papel da mídia e a história da revista analisada.

A temática cidadania, de acordo com busca feita em toda a extensão do trabalho, aparece em três momentos.

No primeiro, na página 09, quando é abordado o surgimento de uma sociedade, suas ideologias dominantes e sua identidade. Segundo o PE/TCC 16, os gregos relacionavam a formação da identidade com o processo educativo vigente, preocupado em formar cidadãos livres em sintonia com os interesses da cidade como um todo. Deste modo, ser homem era ser cidadão de uma cidade.

O autor do Projeto faz uma relação histórica, interligando identidade e crenças cristãs. Diz ele que, antes relacionada ao homem, a identidade é direcionada a Deus, ao plano divino. A igreja passa a definir o perfil de identidade dos homens ocidentais, resumidos nos atributos cristãos. Os que não encaixavam no perfil previamente estabelecido eram excluídos, como foi o caso dos judeus, mouros, bruxas (por não serem cristãos), os leprosos e os

homossexuais. A arte do discurso acerca da identidade impulsionou o ocidente a pensar a vida neste mundo tendo em vista o celeste. A **cidadania** que valia era a divina e tudo que contra ela demandasse não seriam bem-vindas.

A segunda referência está registrada na página 27, quando o PE/TCC aborda as relações de poder entre os homens. Diz ele que no mundo ocidental, não há como negar a indissociabilidade entre a ideia de território e a constituição do Estado nação moderno [...] essa construção histórica, ao definir limites territoriais e uma **cidadania** no interior das fronteiras do território nacional, estabeleceu a soberania do Estado-nação.

Ou seja, não há uma cidadania universal. Cada lugar tem sua forma de exercê-la e suas fundamentações acerca de sua concepção.

Já na página 36, no capítulo 4, quando se desenvolve a temática sobre o papel da mídia no processo hegemônico, o termo cidadania faz alusão aos discursos ideológicos, seu espaço no cotidiano das pessoas. Ainda se refere às responsabilidades dos meios, muitos deles defensores da democracia, o campo em que se travariam as lutas pela **cidadania** e pelos **direitos humanos**. Aqui também se observa a citação da expressão direitos humanos, um dos elementos constitutivos das DCN's e balizadores desta pesquisa. Ela ainda está presente na página 62, no capítulo 5, ao discorrer sobre a matéria veiculada na revista, objeto de estudo do referido projeto. Ali, o autor descreve a dificuldade de prosperidade no país caribenho, a falta de liberdade de expressão, a infringência dos **direitos humanos**, a imposição de regramentos antidemocráticos e o descontentamento da população com a distribuição de bens de consumo básicos.

O PE/TCC 16 explana ainda o controle midiático por parte de uma parcela populacional – dotada de interesses e ideologias -, dizendo que assim há também a legitimação de poder. Uma vez que há a supressão dos direitos de livre expressão, tanto em jornais, como na sociedade civil, há cada vez maior facilidade em deixar-se manipular por processos hegemônicos.

Tendo em vista o poder ideológico da mídia para a manutenção e perpetuação de poder, pode-se traçar um paralelo entre Cuba e o histórico de privação da informação em regimes autoritários. O país caribenho, comandado desde o final da década de 1950 por Fidel Castro, utiliza-se da imprensa para desqualificar, em diferentes aspectos, a cultura externa ao regime –

principalmente os valores que regem a civilização ocidental, baseada nos preceitos norte-americanos.

Embora não apareçam de forma explícita na abordagem do assunto, os elementos constitutivos das DCN's do curso de Jornalismo que balizam esta investigação - regime democrático, pluralismo de ideias e opiniões, cultura da paz, liberdades públicas e justiça social – se adequariam à temática do projeto, dando sustentação às argumentações feitas por seu autor. Entretanto não foram exploradas no texto.

No entanto, cabe referendar o que diz o projeto sobre a educação, ressaltando que ela tem papel fundamental na formação da razão, ou seja, da capacidade de julgamento e compreensão da realidade. Sem educação e cultura, uma sociedade torna-se facilmente manipulável, uma vez que não há um processo contra hegemônico por parte do oprimido, de modo que as relações se tornam 'imitáveis' e o interlocutor se enquadra nas normas pré-estabelecidas pela sociedade como um todo.

Através da exploração dos meios de comunicação de massa e das condições de acesso à cultura – como escolas e universidades -, o Estado acaba por estabelecer um amplo controle sobre o modo de pensar e agir da população. O poder da palavra esteve ao longo da história atrelado ao processo de dominação, e a comunicação, mais especificamente a imprensa, desempenhou papel central na legitimação de políticas hegemônicas - ou na formulação de opiniões contestadoras.

O autor do projeto conclui dizendo que o Estado não é o único a exercer um importante papel para a propagação e perpetuação de ideologias hegemônicas, pois os veículos de comunicação de massa, através de discursos subjetivos, desempenham também a função de reguladores, ou legitimadores do poder.

O PE/TCC 16 conclui que os veículos de comunicação de massa, através de discursos subjetivos, desempenham também a função de reguladores, ou legitimadores do poder, cerceando a liberdade de expressão, o que para nós é fator de paralisação do exercício da cidadania.

No entanto, reitera-se a observação de que apesar de tratar de um tema tão relevante, onde os elementos integrantes das DCN's se encaixariam perfeitamente nessa abordagem e onde uma exploração de forma mais

profunda dessas expressões proporcionaria uma amplitude de profundidade acerca de uma reflexão social tão importante da temática em questão, tal abordagem não ocorreu.

Projeto Experimental/TCC 17	
Título	Novos <i>stakeholders</i> ⁹ e a gestão de crises nas mídias sociais estudo de caso: o McDonald's como patrocinador dos jogos olímpicos de inverno em Sochi
Palavras-chave	Crises de Imagem; Gestão de Crises; Mídias Sociais; <i>Stakeholders</i> ; Comunicação Organizacional
Resumo	Com o advento das mídias sociais, gerenciar crises se tornou bem diferente de antigamente. Através das mídias as marcas conseguem alcançar novos mercados e ter um contato próximo com os clientes, mas além de uma nova ferramenta de fidelização e promoção da marca as redes se tornaram alvo de muitas reclamações e palco de diversas crises. As mídias sociais, assim como as crises nas mídias possuem características diferentes e bem específicas, e até hoje algumas delas são tão inusitadas que organizações grandes não conseguem prevê-las e não sabem como lidar com elas. Este trabalho se propõe, através de um embasamento teórico de comunicação organizacional, crises, mídias sociais e gerenciamento de crises nas mídias sociais, estudar um novo cenário de crise nas mídias sociais. Desta forma apresentará a crise que a organização McDonald's sofreu durante o seu patrocínio às Olimpíadas de Inverno em Sochi, onde ativistas de direitos humanos utilizaram a promoção da marca para protestar com relação aos direitos humanos. Embasam o trabalho autores como Bueno (2003), Kunsch (2003), Ferrari (2007), Gabriel (2010), Recuero (2008), Ramm (2013), Pimentel (2011) e Zago (2008), entre outros.
Objetivo (s)	- Estudar um novo panorama de crise nas mídias sociais.

Figura 17

⁹É um termo usado em diversas áreas como [gestão de projetos](#), comunicação social (Relações Públicas) [administração](#) e [arquitetura de software](#) referente às partes interessadas que devem estar de acordo com as práticas de governança corporativa executadas pela empresa. O termo foi usado de forma mais ampla pelo filósofo Robert Edward Freeman. Segundo ele, os *stakeholders* são elementos essenciais ao [planejamento estratégico](#) de negócios. Em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Stakeholder>

O PE/TCC 17 pesquisou sobre os novos *stakeholders* e a gestão de crises nas mídias sociais, estudando um caso específico: o McDonald's como patrocinador dos jogos olímpicos de inverno em Sochi, na Rússia, país que repudia homossexuais. Assim, a empresa se tornou alvo de movimentos ativistas favoráveis às causas gays e acabou sofrendo um desgaste em sua imagem.

Ainda que não se tenha feito referência direta ao tema cidadania, a discussão em torno dos direitos dessas pessoas acaba por trazer à baila a análise em torno da relevância das mídias sociais como elementos de afirmação e consolidação do exercício da cidadania por parte das minorias.

Assim, com a evolução das noções de participação e inclusão, o ser humano passou a compreender sua capacidade de exercer seus direitos, cumprir deveres e conquistar igualdade de existência. As percepções de cidadania evoluíram e hoje representam distintas formas de existência dos cidadãos. Elas servem de parâmetro para críticas e julgamentos, propagando diferentes formas de idealizar e praticar direitos e de participação na sociedade.

Desse modo, como foco de análise esteve a crise experimentada pela organização dos Jogos Olímpicos de inverno em Sochi, na Rússia, em virtude da investida de ativistas durante o evento, que utilizaram a promoção da marca McDonald's para protestar com relação aos direitos humanos. Discorre sobre a instalação de crises organizacionais através da utilização de ferramentas das redes sociais. Preocupa-se em apontar os motivos geradores de crises nas organizações, como fruto do inadequado uso das redes sociais. Identifica o monitoramento das mídias sociais como sendo uma das ações mais eficazes na prevenção de crises organizacionais.

O autor do Projeto diz ainda que por meio do patrocínio a marca McDonald's visava fidelizar clientes, mas devido ao quadro que a Rússia estava vivendo com relação à rejeição de homossexuais, acabou sofrendo uma grave crise de imagem. Com os protestos e a onda de violência na repressão de atos considerados impróprios pelo governo no território russo, especialmente por ativistas de direitos dos homossexuais, muitas empresas apoiaram a causa gay.

Como o McDonald's patrocinou os Jogos de Inverno, acabou sendo visto como apoiador do governo russo (repressor da "propaganda homossexual") e passou a ser alvo de críticas no ambiente virtual da internet, já que as manifestações de rua eram proibidas.

Conforme busca feita em todo o trabalho, o termo cidadania não foi mencionado, embora as referências e abordagens em torno da reação, via internet, à repressão aos direitos dos homossexuais na Rússia, atingindo o McDonald's como patrocinador das Olimpíadas de Inverno, acaba por trazer à baila a análise em torno da relevância das mídias sociais como elementos de afirmação e consolidação do exercício da cidadania por parte das minorias.

Dando prosseguimento à análise, buscando referências aos elementos constitutivos das DCN's e balizadores desta pesquisa, a expressão direitos humanos é citada por dezenove vezes ao longo do trabalho.

Na primeira, na página 05, o resumo do trabalho diz o seguinte: Com o advento das mídias sociais, gerenciar crises se tornou bem diferente de antigamente. Através das mídias as marcas conseguem alcançar novos mercados e ter um contato próximo com os clientes, mas além de uma nova ferramenta de fidelização e promoção da marca as redes se tornaram alvo de muitas reclamações e palco de diversas crises.

As mídias sociais, assim como as crises nas mídias possuem características diferentes e bem específicas, e até hoje algumas delas são tão inusitadas que organizações grandes não conseguem prevêê-las e não sabem como lidar com elas. Este trabalho se propõe, através de um embasamento teórico de comunicação organizacional, crises, mídias sociais e gerenciamento de crises nas mídias sociais, estudar um novo cenário de crise nas mídias sociais.

Dessa forma apresenta a crise que a organização McDonald's sofreu durante o seu patrocínio às Olimpíadas de Inverno em Sochi, onde ativistas de **direitos humanos** utilizaram a promoção da marca para protestar com relação aos direitos humanos. Embasam o trabalho autores como Bueno (2003), Kunsch (2003), Ferrari (2007), Gabriel (2010), Recuero (2008), Ramm (2013), Pimentel (2011) e Zago (2008), entre outros.

No sumário, onde há a listagem de figuras apresentadas pelo autor do projeto, o item Figura 5 diz: "@McDonald's afirma que o mau tempo está

prejudicando as vendas e não os produtos de merda e a postura horrível aos **direitos humanos** e o baixo salário dos funcionários #ChersToSochi”.

Na página 22, dentro do subitem 1.3 – Crises Organizacionais, o autor discorre sobre o surgimento da Responsabilidade Social. Para ele, dentro dela, várias áreas são abarcadas, tais como a preservação ambiental e a ecologia, a educação, a saúde e com um maior reconhecimento dos **direitos humanos**, várias são as questões que podem gerar polêmicas e problemas para as organizações, podendo causar também graves crises de imagem. As crises de imagem e de reputação são as crises que mais ocorrem e normalmente são devastadoras, elas acabam com o bem mais preciso de uma organização que é sua imagem.

Também na página 37, há menção à expressão quando o autor, ao se referir às crises organizacionais, capítulo 2.3., diz que as crises de eventos podem surgir no ambiente interno, como acidentes de trabalho ou demissões; ou externos, como um produto vencido ou alterado, ou ainda, a relação da organização com alguma atividade relacionada a algo que pode causar danos ambientais ou que se relacione com os **direitos humanos**, por exemplo, um fato individual que gera a crise.

Já na página 52, no capítulo 3.4 onde o foco são as manifestações virtuais sobre o ocorrido, um internauta divulga a seguinte mensagem: “McDonald's afirma que o mau tempo está prejudicando as vendas e não os produtos de merda e a postura horrível aos **direitos humanos** e o baixo salário dos funcionários”.

A expressão também aparece na página 54, dentro do mesmo capítulo, mas desta vez para descrever os acontecimentos registrados durante as manifestações. Diz o autor do PE/TCC 17 que um homem de 23 anos foi morto, não pela repressão militar, mas por seus dois amigos após admitir que era gay. Houve muitos relatos de violência e uma organização que preza pelos **direitos humanos** divulgou vídeos da opressão que sofriam e das atitudes violentas do governo.

Na página 67, trechos de relatos de discriminação e violência são mostrados e o autor do projeto analisado ilustra-os da seguinte forma: o usuário do Perfil A é advogado e mora em Sydney, na Austrália. Como ele mesmo menciona no seu perfil é Ativista de **Direitos Humanos** e

assumidamente gay. O advogado foi um dos perfis que mais publicou postagens relacionadas as leis contra a propaganda gay na Rússia e críticas ao patrocinadores. Possui sua conta no Twitter há cinco anos e durante esse período arrecadou 754 seguidores. Possui blogs e páginas onde compartilha seus ideais e defende a sociedade LGBT.

Na página 72, reportando-se ao perfil H, a expressão é mencionada assim: esse perfil é de um autor de blogs que contém uma trajetória na defesa dos **Direitos Humanos** dos LGBT's. Possui 5.757 seguidores desde dezembro de 2009.

A sétima, oitava e nona referências da expressão estão nas páginas 74 e 75, capítulo 3.4.3 quando falam sobre a resposta da marca McDonald's ao ocorrido. Diz o autor do PE/TCC 17 que o lançamento da campanha CheersToSochi foi realizado no dia 21 de Janeiro de 2014, quando finalmente o site foi colocado no ar e lançada a *hashtag* no *twitter*. No mesmo dia já o site e o *twitter* já receberam as primeiras acusações e reclamações de violação dos **Direitos Humanos** com o patrocínio aos Jogos Olímpicos. O McDonald's esperou mais de uma semana até perceber que os ativistas não iriam parar de agredir a marca para responder. No dia 29 de janeiro a marca se pronunciou no próprio *Twitter*. O conteúdo da mensagem em português é compreendido como, *CheersToSochié* sobre o envio de mensagens de boa sorte à atletas Olímpicos. "Apoiamos os **direitos humanos** e todos os atletas". E o link para o site da campanha, *CheersToSochi*. A marca respondeu aos ativistas, mas como comprovamos através das críticas que continuaram não os convenceu de sua responsabilidade social em relação aos **direitos humanos**. Até porque em nenhum momento a marca se pronunciou às autoridades, cobrou atitudes ou realizou alguma intervenção.

E segue na página 76, capítulo 3.4.4 quando analisa os dados encontrados:

- Cobrança de posicionamento e pressão sobre a marca: como constata Freeman (1984) os *stakeholders* são considerados todos os públicos que possam interferir no planejamento de uma organização, baseando-se nisso podemos dizer que todos os ativistas de **direitos humanos**, o povo LGBT e todos os que se manifestaram no *twitter* a favor dos **direitos humanos**,

formaram um novo público de interesse da organização e que deveriam estar inclusos no planejamento, já que, formam um grupo de pressão sobre a marca.

- Relatos de violência e discriminação: com o surgimento da Responsabilidade Social, que engloba várias áreas como a preservação ambiental e a ecologia, a educação, a saúde e com um maior reconhecimento dos **direitos humanos**, várias são as questões que podem gerar polêmicas e problemas para as organizações, podendo causar também graves crises de imagem. Esse foi o principal fator que ocasionou a crise de marca, o fato de a empresa ignorar a repressão dos **direitos humanos** dos LGBT's.

Já nos anexos, na página 158, que integram o referido PE/TCC, a entrevista intitulada "A" feita à Andréa Amaral Muller, que é jornalista e assessora de Comunicação da Refinaria de Petróleo Riograndense e realizada em novembro de 2014 pergunta: Em relação às acusações realizadas pelos ativistas de **direitos humanos**, como você procederia ou quais sugestões daria para esclarecer a situação? Ela responde: Nunca uma marca vai agradar a todos e elas sabem disso e por isso apoiam eventos que interessem a públicos diversos.

E segue na página 160, com a entrevista "B" feita com Luiz Antonio Gauliam, que é Jornalista, mestre em Comunicação Social pela PUC-Rio. Especialista em Comunicação Empresarial pela Syracuse University - ABERJE. Pós-graduado em Marketing e em Comunicação Jornalística. Ex-Gerente de Comunicação da CSN - Cia. Siderúrgica Nacional e da Alunorte. Atuou também no O Boticário e no Grupo Votorantim. Atualmente é Gerente de Comunicação Corporativa e Sustentabilidade da Estácio Participações. Entrevista realizada em novembro de 2014.

- Em relação às acusações realizadas pelos ativistas de **direitos humanos**, como você procederia ou quais sugestões daria para esclarecer a situação? Cada caso é um caso. As empresas devem defender seus pontos fortes, seus códigos de conduta e de ética, seus valores. As empresas privadas trabalham de forma legal, buscando sempre atender e até ir além do compliance. Minha recomendação é começar sempre pelos empregados como defensores da marca.

Na página 162, a entrevista "C" com Rozália Del Gáudio, que é Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Paris I, Panthéon Sorbonne (2004),

onde também obteve o Master em Sociologia e Antropologia (2001); mestre em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (2000), graduada em Comunicação Social, opção Jornalismo, também pela UFMG (1993). Certificada em Gestão da Reputação pelo Reputation Institute (2012). Atua em Comunicação Empresarial desde 1993, tendo trabalhado em empresas como Alcan (atual Novelis), Acesita (atual Aperam), Vale e Grupo Votorantim. Atualmente é gerente de Comunicação Corporativa da C&A no Brasil e professora no MBA de Gestão da Comunicação da ABERJE/ESEG. Entrevista realizada em novembro de 2014.

- Em relação às acusações realizadas pelos ativistas de **direitos humanos**, como você procederia ou quais sugestões daria para esclarecer a situação? Infelizmente eu não conheço bem o caso a ponto de fazer uma recomendação específica. Diria que agir rapidamente, monitorar tendências e abrir diálogo com interlocutores são sempre medidas eficazes em uma situação como essa.

O mesmo acontece na página 167, quando o entrevistado “D”, Ricardo Bressan é Fundador da POC – Por Outra Comunicação –, consultoria com foco em Prevenção e Gestão de Crises, Planejamento Estratégico de Comunicação, Mídias Sociais e Etiqueta Corporativa (comportamento de acordo com as particularidades culturais dos *stakeholders*). Jornalista especializado em Comunicação Interna, Auditoria de Imagem, Relacionamento com a Imprensa, Comunicação e Responsabilidade Social pela Comtexto Comunicação e Pesquisa. Entrevista realizada em novembro de 2014.

Mais uma vez a expressão aparece nas indagações feitas.

- Em relação às acusações realizadas pelos ativistas de **direitos humanos**, como você procederia ou quais sugestões daria para esclarecer a situação?

Dando prosseguimento ao processo de busca dos demais elementos constitutivos das DCN's e norteadores desta pesquisa, se averiguou que não há referência explícita aos demais elementos da cidadania - regime democrático, o pluralismo de ideias e opiniões, a cultura da paz, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável. Porém, pode-se entender que há, de forma indireta, um entendimento sobre eles na temática abordada.

Projeto Experimental/TCC 18	
Título	A utilização dos valores-notícia Estudo de caso – reportagens dos protestos de junho de 2013, no Bom Dia Brasil
Palavras-chave	Valores-notícia; Protestos; Telejornalismo; Bom Dia Brasil
Resumo	Os protestos de junho de 2013 marcaram a história do Brasil. Milhares de pessoas foram às ruas para reivindicar uma série de causas, entre elas a redução no valor da passagem de ônibus em vários municípios brasileiros e os gastos com a Copa do Mundo no Brasil. A mídia deu ampla cobertura aos acontecimentos, fazendo diversas reportagens e mostrando as ações dos manifestantes. Logo, esta pesquisa tem como objetivo descobrir quais valores-notícia estão presentes nas reportagens do telejornal Bom Dia Brasil sobre os acontecimentos de junho de 2013. Para tal, foram escolhidas 10 reportagens das edições dos dias 7, 11, 12, 14 e 18 de junho do mesmo ano para análise. Destas reportagens, 15 palavras (três de cada edição) foram selecionadas por se referirem aos protestos e às ações dos manifestantes, e através do significado e do contexto em que estavam presentes se obteve os valores-notícia usados nas matérias. A análise consiste também no uso desses valores-notícia e na possível alteração destes ao longo da cobertura feita pelo telejornal. Assim, conclui-se que o uso dos valores-notícia foi de extrema importância para a construção e execução das matérias.
Objetivo (s)	- Examinar os métodos empregados pela televisão na cobertura dos acontecimentos, em especial quanto aos valores-notícia.

Figura 18

Dez reportagens veiculadas no mês de junho de 2013, que mostravam os protestos realizados no país, mostradas no programa da Rede Globo “Bom Dia Brasil” foram tema de estudo do PE/TCC 18, que utilizou como elementos de pesquisa o emprego dos valores-notícia usados nas matérias para caracterizar esse estudo de caso.

A abordagem do PE/TCC 18 não se dá quanto ao mérito ou quanto aos aspectos que figuraram com anseios da população nos protestos. É possível verificar a explicitação das causas geradoras dos protestos, que acabaram por caracterizar, ressalvados os excessos constatados, valores referentes ao exercício da cidadania. Assim, constata que a mobilização começou com a luta pela redução da passagem do transporte coletivo, mas adquiriu inúmeras

causas no decorrer dos manifestos. Entre as diversas causas adotadas pelos manifestantes está a política no país: corrupção, impunidade, problemas em diversas áreas dos serviços públicos.

Destaca que as manifestações de junho não surgiram na cena política com alvos específicos caso não existisse um cansaço sobre as estruturas econômicas e também em relação às ações político-representativas em vigor.

Nossa análise gira em torno da temática cidadania, e ainda que mais uma vez de forma indireta, já que não examinemos o mérito do estudo, aspectos que conceberam as aspirações da população nos protestos se encaixam nas concepções pesquisadas e nas determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais.

Assim, se constata que a mobilização começou com a luta pela redução da passagem do transporte coletivo, mas adquiriu inúmeras causas no decorrer dos manifestos. Ou seja, a busca pelo cumprimento de direitos inerentes à sociedade como um todo e a manifestação do descontentamento e desejo de mudanças no que se refere ao sistema político nacional vigente caracterizam de forma explícita o exercício da cidadania de uma nação.

Com base no que diz Barbalet (1989, p. 12) a cidadania pode ser descrita como “a participação numa comunidade ou como a qualidade de membro dela”. E Coutinho (1999) reforça tal entendimento quando diz que a aquisição da cidadania, o fazer de um indivíduo um cidadão, é consequência de um movimento de postulação, de reivindicação constante ao reconhecimento de direitos, que são inerentes a uma sobrevivência digna.

E tal movimento se destaca ainda pela busca de mudanças e pela inquietação de uma sociedade que se vê prejudicada pela força política que governa o país. Lutar contra a corrupção, impunidade, problemas em diversas áreas dos serviços públicos faz parte desse novo contexto social, onde surge essa percepção e se desenvolve o que Dagnino (2004) chama de “cidadania moderna” ou ainda “cidadania ampliada”.

E essa nova cidadania ainda ganha destaque pela sua inserção tecnológica. No PE/TCC 18 se ressaltou que uma das características marcantes dos protestos foi a grande presença de jovens ligada ao uso da internet como forma de organização. As redes sociais foram usadas para a mobilização e chamamento para as manifestações, fazendo com que se

tornassem a principal ferramenta de comunicação. A internet foi uma forma de centralizar as causas levantadas pelos manifestantes e de marcar novos encontros.

Portanto, ainda que de maneira indireta, sua relação com a temática cidadania existe, pois o texto acabou explicitando questões e descrevendo elementos atinentes a ela, em especial no que diz respeito às causas geradoras dos protestos ocorridos por iniciativa da população em junho de 2013.

A presença da palavra **cidadania** se deu apenas em um momento, na página 41, em uma nota de rodapé, referente ao capítulo 3, subitem 3.1.2.2 que aborda as características das manifestações. Da mesma forma o elemento constitutivo das DCN's direitos humanos também foi citado em uma oportunidade, no mesmo local. O autor do projeto salienta que as reivindicações políticas foram apenas uma das bandeiras adotadas pelos manifestantes e que algumas das causas que estiveram em destaque foram a "lei da cura gay". A lei da cura gay foi uma proposta aprovada pela comissão dos **direitos humanos** que permite que psicólogos realizem tratamento para a cura do homossexualismo. Mais informações: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2013/06/entenda-o-projeto-de-cura-gay>.

O autor do PE/TCC afirmou que uma das características marcantes dos protestos foi a grande participação de jovens. Ela pode ser explicada também pelo grande uso da internet como forma de organização. As redes sociais foram usadas para a mobilização e chamamento para as manifestações, fazendo com que se tornassem a principal ferramenta de comunicação. A internet foi uma forma de centralizar as causas levantadas pelos manifestantes e de marcar novos encontros. Foi essa forte influência das redes sociais que fez com que algumas frases ficassem marcadas como "bordões" dos protestos de Junho como por exemplo: "Vem pra rua" e " O gigante acordou".

Observou que momentos como os que aconteceram em junho de 2013 ajudam a construir a identidade e a narrativa nacional. Falou que esses eventos em grupo colaboram para a construção da trajetória de um povo.

Assim, segundo o autor do PE/TCC 18, é perceptível que os protestos de junho de 2013 não foram apenas acontecimentos a serem registrados pela mídia, isto é, eles ajudaram a construir a história e a trajetória de um país

relativamente jovem como o Brasil. Examinando as reportagens que elegeu como paradigma, o trabalho concluiu que foram identificados 16 valores-notícias ao longo das 10 reportagens analisadas das edições dos dias 7, 11, 12, 14 e 18 de junho de 2013, sobre os protestos no Brasil no telejornal “Bom Dia Brasil”.

Os valores-notícia identificados foram os seguintes: conflito ou controvérsia, infração, inesperado, visualidade, simplificação, dramatização, notabilidade, disponibilidade, amplificação, relevância, quantidade de pessoas, brevidade, novidade, personalização, formato e proximidade. Os dois valores-notícia que tiveram a maior frequência foram a visualidade e o conflito ou controvérsia, seguidos da infração, dramatização e proximidade.

Portanto, ainda que de maneira indireta, o PE/TCC 18 acabou explicitando questões e descrevendo elementos atinentes à cidadania, em especial no que diz respeito às causas geradoras dos protestos ocorridos por iniciativa da população em junho de 2013.

Novamente, sem estarem explicitados no texto, os elementos das DCN's - regime democrático, o pluralismo de ideias e opiniões, a cultura da paz, os direitos humanos, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável – podem estar entendidos de forma subliminar no desenvolvimento do trabalho.

Projeto Experimental/TCC 19	
Título	A comunicação como ação ciberativista nas redes sociais: um estudo de caso do grupo Juntos Pelotas
Palavras-chave	Informação; Comunicação; Ciberativismo; Redes Sociais.
Resumo	A internet e logo depois as redes sociais mudaram as formas de comunicação no mundo. Estas mudanças foram gradativas ao longo dos anos pós-internet e vem crescendo exponencialmente. A liberdade que as redes conectadas dispõem é o principal motor da comunicação de movimentos sociais, utilizada como meio para as ações ciberativistas. A proposta deste trabalho então é analisar esta comunicação via redes sociais, utilizando o a atuação de um movimento social chamado Juntos no <i>Facebook</i> . A observação dos perfis do grupo levou a conclusão de que a comunicação é utilizada como forma de ativismo na rede.
Objetivo (s)	- Analisar a comunicação via redes sociais, utilizando o mecanismo de atuação de um movimento social chamado

	<p>“Juntos no Facebook”;</p> <p>- Entender como grupos de ativistas utilizam as redes sociais na internet para comunicação, dentro do próprio grupo social ou com outras pessoas fora do grupo a fim de divulgar suas ações, informações e ideologia do movimento social que seguem ou pertencem.</p>
--	---

Figura 19

O PE/TCC 19 observou os perfis do grupo Juntos Pelotas e concluiu que a comunicação é utilizada como forma de ativismo na rede. Afirmou que os movimentos sociais utilizam as redes na internet, pois após a percepção dos demais indivíduos que compartilham tais ideias, estes se agrupam com um fim de democratização ou mudança social. Portanto, essa forma de agir integra os mecanismos de afirmação de direitos, em atuação própria do conceito de democracia contemporânea. Inserindo-se nesse contexto, de acordo com busca realizada, a expressão direitos humanos - um dos elementos norteadores desta dissertação salientados nas competências das DCN's - aparece na página 49, quando o autor do projeto se refere ao papel do *ciberativismo*, dizendo que a Rede Telemática de **Direitos Humanos** integra uma das categorias do *ciberativismo*.

Seguindo na análise do projeto em questão, observamos que seu autor sustenta que as conexões se formam a partir de associações que não pertencem, necessariamente, à rede em questão. Citando como exemplo o *Facebook*, diz que se pode perceber as redes de associação num grupo de seguidores de uma determinada página, onde atores estão unidos a partir de um interesse em comum, que é inerente à formação daquele grupo e determinante para sua formação. Observa que a internet serve para a democratização, apoiada na construção da identidade, podendo-se entender que os movimentos sociais são formados por indivíduos que compartilham das redes e as utilizam na internet para agrupar-se e então formar grupos de movimentação. E, a partir daí é possível ver as redes sociais como plataformas de organização dos movimentos sociais.

Com isso, ainda que de forma indireta e subliminar, podemos dizer que a cidadania é praticada dentro de um ambiente virtual que propicia a multiplicação e a divulgação de ideias que a reforçam.

Com as possibilidades estruturais das redes formadas na internet, percebe-se uma constante utilização delas para ações que vão desde o *hackeamento* de *sites* na internet à organização de manifestações que levarão à mobilização de ativistas, seja na internet ou não. Esses movimentos organizados permitem que a cidadania, a partir da visão que dele tem os ativistas, seja mais facilmente desenvolvida e afirmada.

O autor do referido PE/TCC afirma também que nas últimas três décadas os movimentos sociais têm sido compreendidos como uma forma de ação coletiva sustentada, a partir da qual atores que compartilham identidades ou solidariedades se postam frente a estruturas sociais ou práticas dominantes.

Discorre ainda sobre o processo de formação de movimentos sociais dizendo que consiste, basicamente, no reconhecimento dos atores numa determinada ação, formação de uma rede de interações para formação de uma identidade coletiva defensora a um opositor.

E por fim, a contribuição do movimento para organização, conscientização e mudanças da sociedade. Diz o projeto que os indivíduos conhecidos como ciberativistas são aqueles atores sociais que não estão contentes com sua condição sócio-política e começam a desenvolver um conflito social na comunidade a qual pertencem. Ao partilharem deste sentimento e desenvolverem ações que envolvam os demais indivíduos da sua comunidade, formam-se os movimentos sociais, como já explicado anteriormente.

Conclui no sentido de que com os diferentes perfis no *Facebook*, o grupo analisado atua como ativistas, caracterizando-os como ciberativistas. Devido às estruturas do *Facebook*, o grupo chamado *Juntos* aproveitou as diversas ferramentas que a rede social possibilita para a comunicação. A troca de informações que o grupo mantém com os membros pertencentes ao movimento e com seus seguidores pôde ser percebida como ação característica do ativismo, já que usam a rede social para, coletivamente, mudar o meio social que vivem.

Mesmo diante de todo esse cenário, o PE/TCC não menciona em nenhum momento a palavra cidadania. Quanto aos elementos integrantes das DCN's, reitera-se que apenas o elemento **direitos humanos** é citado em um momento do trabalho, os demais - regime democrático, o pluralismo de ideias e

opiniões, a cultura da paz, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável, não aparecem de forma explícita, mas estão subentendidos ao longo do assunto estudado.

O PE/TCC 19, também de forma indireta, desenvolve em seu TCC a temática da cidadania moderna. Sua análise discorre sobre a comunicação como ação *ciberativista* nas redes sociais: um estudo de caso dos grupos *Juntos Pelotas*.

Regressamos ao conceito já citado no início desta pesquisa quanto às concepções de cidadania. É a era da cidadania moderna onde os movimentos sociais contemporâneos fazem uso da tecnologia para mobilizações em torno de assuntos sociais.

O estudo salienta que as redes sociais proporcionam liberdade de expressão e facilidade de comunicação e interação, o que faz crescer os movimentos sociais caracterizados como meio para as ações *ciberativistas*.

Interesses coletivos e comuns a indivíduos que acessam tais redes fazem crescer a formação de grupos que visam à construção de uma identidade coletiva, compartilhando ideias e reivindicações.

Cabe lembrar aqui Moraes Júnior (2005) que define a cidadania como um conceito que varia no tempo e principalmente no espaço. Por isso, ela se moderniza, se atualiza e se modifica.

Sua introdução nas mais diversas áreas ganha a cada dia novos rumos, novos conceitos e novas atribuições, no entanto mantêm-se sua origem genuína: o reconhecimento por direitos sejam eles quais forem e com que finalidade. Sejam eles em que tempo ou lugar.

A cidadania pode ser motivada, de forma genérica, como a busca pelo reconhecimento de direitos, do direito a ter direito, do direito à diferença, do direito de participação, do direito de se ter conhecimento sobre a realidade, dos direitos individuais e dos direitos coletivos. “É a cidadania na chamada ‘era dos direitos’ – dimensões de participação e pertencimento” (BELLO, 2007, p. 136).

6 SÍNTESE DOS DADOS ANALISADOS

A última etapa do estudo ora realizado, que tem como fonte de dados Projetos Experimentais/TCC's dos acadêmicos de Jornalismo da Universidade Católica de Pelotas formados no ano de 2014, permite as seguintes reflexões:

1. O tema cidadania, não é foco específico de nenhum dos dezenove trabalhos analisados.
2. Questões relativas ao tema cidadania e aos elementos constitutivos da cidadania explicitados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Jornalismo (regime democrático, pluralismo de ideias e opiniões, cultura da paz, direitos humanos, liberdades públicas, justiça social e desenvolvimento sustentável), de forma parcial ou satisfatória, estão tratadas em nove dos dezenove trabalhos analisados.
3. Dez dos trabalhos analisados não abordam o tema cidadania nem aventam questões a ele ligadas, conforme as DCN's.

Os conceitos de cidadania abordados ao longo deste estudo, não aparecem de forma explícita e direta em nenhum dos dezenove Projetos Experimentais/TCC's do curso do Jornalismo da Universidade Católica de Pelotas em 2014 analisados nesta pesquisa.

No entanto, em nove dos dezenove PE/TCC's, pode-se destacar elementos constitutivos da temática cidadania apontados nas DCN's - de forma parcial ou satisfatória - norteadores desta investigação, que são: regime democrático, pluralismo de ideias e opiniões, cultura da paz, direitos humanos, liberdades públicas, justiça social e desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, dez dos dezenove PE's/TCC's não se enquadram em nenhuma perspectiva de análise do ponto de vista da cidadania, tampouco fazem algum tipo de referência a qualquer dos elementos integrantes das DCN's e que são balizadores desta dissertação.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos Projetos Experimentais/TCC's dos alunos do curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pelotas formados no ano de 2014, e seus dados, conforme previsto na DCN's, nos possibilita perceber que a formação cidadã desses acadêmicos durante o curso pode ser considerada tênue.

Notamos que, após todas as observações e considerações obtidas, há em nove dos dezanove trabalhos analisados uma abordagem de temas sociais. No entanto, isso acontece como forma de ilustração da temática a que se propõem os autores dos PE's/TCC's. Não se observou o emprego direto do tema cidadania nos objetos de estudo dos Projetos Experimentais. Seus autores não se detiveram aos aspectos delineadores desta dissertação e explicitados nas primeiras competências estabelecidas nas novas Diretrizes Curriculares do curso de Jornalismo.

Podemos considerar ainda que por não se enquadrar nos objetivos dos Projetos Experimentais, exposições a respeito de temas que tenham a ver com conceitos de cidadania foram abordadas de forma superficial, sem maiores aprofundamentos.

Participação, direitos e igualdade estiveram inseridos em alguns dos assuntos abordados, no entanto, de maneira branda, sem jamais levar em conta a temática cidadania, na sua radicalidade.

Embora haja a recomendação das Diretrizes Curriculares Nacionais para que os cursos de Jornalismo atentem para temas cuja formação humanística do futuro jornalista seja estimulada ou pelo menos mantida, tal concepção, parece-nos ainda estar um pouco distante da produção acadêmica ou pelo menos, das pesquisas realizadas.

Já dizem as Diretrizes que o ensino humanista deve instigar no aluno sua capacidade crítica, sua reflexão para seu entorno, tornando-o um produtor intelectual e agente da cidadania.

Elas, as próprias DCN's para os cursos de Jornalismo, apontam para uma formação com a função de despertar e aguçar nos futuros profissionais da comunicação, o desejo de serem porta-vozes dos interesses coletivos, da

formação da consciência crítica e da superação da alienação, aspectos inerentes à formação e constituição de cidadãos.

Da mesma forma pretendem que os cursos formadores de profissionais da comunicação estejam preparados para oferecer ao mercado jornalistas cujo pluralismo de ideias e opiniões se destaquem e que esse profissional tenha a preocupação em ver nos cidadãos direitos respeitados, liberdades públicas conquistadas e justiça social realizada, elementos constitutivos das DCN's e norteadores da análise desta dissertação.

Ressaltamos que, mesmo havendo a prática de jornalismo comunitário dentro e durante o curso de Jornalismo da UCPel, com a participação de alunos na produção dos jornais Folha da Princesa e O Pescador, ainda assim a abordagem de temas relacionados à cidadania, mesmo que correlatos, podem ser considerados diminutos ao longo dos trabalhos, pelo menos no ano de 2014.

Cabe lembrar ainda que uma única disciplina (Comunicação Comunitária e Cidadania) se dedica ao tema e é oferecida apenas no terceiro semestre do curso num total de 30 horas.

Em nossa pesquisa abordamos a necessidade de se fazer entender nos futuros profissionais seu papel perante a sociedade, sua responsabilidade diante do ser humano e sua função de mediador das súplicas dos indivíduos que veem nos meios de comunicação um espaço de reivindicação, de “pertencimento”.

Sabemos que as necessidades sociais permeiam os mais diversos campos. Saúde, segurança, educação, moradia, no que tange à prestação dos serviços e no que diz respeito ao reconhecimento e valorização dos profissionais que atuam nessas áreas. Mas a busca pela cidadania vai além, como já mencionada neste estudo. O cidadão quer pertencer à maioria, ou pelo menos quer ter igualdade de tratamento, seja por sua condição econômica ou social, inserindo-se aí questões de gênero, de raça, de ideias.

Assim, não notamos, em nenhum dos projetos experimentais analisados, um aprofundamento absoluto quanto a essas questões, onde se destacasse o cidadão como sujeito no cenário acima descrito.

E nos reportamos ao surgimento da profissão, quando o curso estava atrelado às escolas de filosofia e a base do ensino era a aquisição de

conhecimento intelectual.

Lembramos que, hoje, o conhecimento técnico e o ensino para habilidades que dominem as rotinas jornalísticas predominam nas salas de aula, onde o tempo é o dono da situação e implacável não perdoa quem não se adapta a ele.

O que se nota é que precisamos de cursos que promovam um espaço para a formação de profissionais com senso crítico, perspicácia e que reflitam sobre o mundo que está à sua volta.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Cristina Rosa de. **As armadilhas dos TCCs: práticas reprodutoras ou práxis transformadoras no ensino de jornalismo?** 2012. 110f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

ASSIS, Graciano Júnior de; DE LIMA, Edenilson Ernesto. Escola, família e sociedade: diferentes espaços na construção da cidadania. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10., 2011, Curitiba. **I Seminário internacional de Representações Sociais, subjetividade e educação**. Curitiba: PUCPR, 2011. p. 13108-13119.

AUGUSTI, Alexandre Rossato. As reações de poder do campo jornalístico: reflexões sobre as notícias como construção social. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**. 2010. Disponível em: <<http://www.fnpij.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/viewFile/316/201>> Acesso em 20 mar. 2015.

AZEVEDO, Adriana. **Escola e comunicação: o rádio com o instrumento de cidadania**. Disponível em: <<http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/13.pdf>> Acesso em 30 abr. 2015.

BAHIA, Ana Lúcia Alves; RIGUEIRA, Marina Rigueira Carlos e. **A ética e o ensino de jornalismo**. Revista Mediação, Belo Horizonte, v.9, n.8, jan/jun de 2009. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/mediacao/article/download/289/286>> Acesso em: 23 jun. 2015

BARBALET, J.M. **A cidadania**. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

BARBOSA, Sílvio Henrique Vieira. **Educação para a cidadania no caminho da TV brasileira**. LÍBERO - Ano X - nº 19 – Jun. 2007. Disponível em: <<http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Educa%C3%A7%C3%A3o-para-a-cidadania.pdf>> Acesso em: 11 mai. 2015.

BARROS FILHO, Clóvis. **Ética na comunicação: da informação ao receptor**. São Paulo: Moderna, 1995.

BELLO, Enzo. **Cidadania e direitos sociais no Brasil: um enfoque político e social**. Espaço Jurídico, Joaçaba, v. 8, n. 2, p. 133-154, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/salvador/enzo_bello.pdf> Acesso em: 26 set. 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRASIL. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf> Acesso em: 09 abr. 2014.

CALDAS, Maria das Graças Conde. Ética e cidadania na formação do jornalista. **Revista Comunicação e Sociedade**. São Bernardo do Campo: PósCom-Umesp, a. 27, n. 44, p. 85-101, 2º sem. 2005.

CARVALHO, Cristiane Portela; TARGINO, Maria das Graças. Cidadania e jornalismo na contemporaneidade. 2010. Disponível em: <<http://campus.usal.es/~comunicacion3punto0/comunicaciones/082.pdf>> Acesso em: 17 mar. 2015.

COSTA, Carlos. Novas tecnologias e o ensino de jornalismo. **Revista Líbero**, Ano XI, n. 22, dez 2008. Disponível em: <<http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Novas-tecnologias-e-o-ensino-de-Jornalismo.pdf>> Acesso em: 23 jun. 2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cidadania e modernidade**. Perspectivas, São Paulo, 22: 41-59, 1999.

DAGNINO, Evelina. **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?** 2004. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/subida/uploads/FTP-test/Venezuela/faces-ucv/uploads/20120723055520/Dagnino.pdf>> Acesso em: 28 set. 2013.

DEMO, Pedro. **Política Social, educação e cidadania**. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

DE LISITA, Enzo. **Diferentes visões sobre a função da televisão na construção da cidadania**. Disponível em: <<http://www.pucgoias.edu.br/ucq/ser/ArquivosUpload/1/file/Artigos/pdf/diferentesvisoes.pdf>> Acesso em: 30 abr. 2015.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo**. Redação, captação e edição no jornal diário. São Paulo: Ática, 2006.

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo digital**. São Paulo: Contexto, 2006.

GENTILLI, Davi. **Jornalismo e Cidadania: o direito à informação e o telejornal Repórter Brasil da TV Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

GENTILLI, Victor. **Jornalismo e cidadania: um paradoxo na história recente do Brasil.** 2º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo – Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJor. Faculdade de Comunicação – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2004. Disponível em: <http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/ii_sbpjour_2004_cc_05_-_victor_gentilli.pdf>
Acesso em: 28. Set. 2013.

GERHARDT, Tatiana Engel.SILVEIRA, Denise Tolfo(Org.). **Métodos de pesquisa.** Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GUARESCHI, Pedrinho. Mídia e cidadania. **Conexão – Comunicação e Cultura.** UCS, Caxias do Sul, v. 5, n.9, p. 27-40, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/202/193>>
Acesso em 02 set. 2014.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. **Ensino de jornalismo e formação para a cidadania.** Trabalho apresentado no Intercom - NP Comunicação para a cidadania, 30º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santos, 29 ago./02 set. 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0136-2.pdf>>
Acesso em 14 out. 2013.

LAGE, Nilson. **Estrutura da Notícia.** São Paulo: Ática, 2006.

LAVALLE, Asdrían Gurza. **Cidadania, igualdade e diferença.** Lua Nova [online]. 2003, n.59, pp. 75-93. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ln/n59/a04n59.pdf> Acesso em: 10 set. 2013.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MARSHALL , Thomas H. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MORAES JÚNIOR, Enio. **A formação cidadã do jornalista no Brasil: um estudo de caso da formação do jornalista na USP.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. 213 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

MORAES JÚNIOR, Enio. **Cidadania no ensino de Jornalismo: uma experiência além do currículo.** Pesquisa de Jornalismo apresentada no 29º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Brasília: UnB, 2006.

Disponível em:

<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1009-1.pdf>>

Acesso em: 09 abr. 2014.

MORAES JÚNIOR, Enio. **Sobre homens e técnicas:** a importância da cidadania na formação do jornalista no Brasil. Cenários da Comunicação, São Paulo, v. 6, n.1, p. 31-39, 2006. Disponível em:

<<http://www.revistabrasileiramarketing.org/ojs-2.2.4/index.php/remark/article/viewArticle/141>>

Acesso em: 28 set. 2013.

MORAES JÚNIOR, Enio. **A hipercultura e os conflitos do jornalismo como espaço de cidadania.** Trabalho apresentado ao NP de Jornalismo do 30º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2007. Disponível em:

<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1564-2.pdf>>

Acesso em: 02 set.2014.

MORAES JÚNIOR, Enio. **O ensino do interesse público n formação de jornalistas:** elementos para a construção de uma pedagogia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. 362 f. Tese (Doutorado). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

NEVES, Paulo S. C. (org.). **Educação e cidadania:** questões contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo.** São Paulo: Contexto, 2010.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da cidadania.** São Paulo: Contexto, 2014.

RABELO, Ernani C. **Jornalismo e Cidadania.** Disponível em:

<<http://www.jornaldevicosa.ufv.br/docs/projeto-final.pdf>> Acesso em: 22 jul.

2015.

RAMOS, Peterson; FARIA, Moacir Aves de. Educomunicação: O rádio como ferramenta da cidadania. **Revista Eletrônica Saberes da Educação** – Volume 5 – nº 1 – 2014. Disponível em:

<http://www.uninove.br/marketing/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Peterson.pdf> Acesso em: 30 abr. 2015.

RODRIGUES, Regina de Brito. **A formação humanística no Curso de Jornalismo:** das intenções às práticas. Campinas, 2007. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2007. Disponível em: <www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/> Acesso em: 22 jul. 2015.

SANTOS, Hélia. A responsabilidade social e educativa dos *mass media*. O cabo dos trabalhos: **Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/ FEUC/ FLUC**, n. 1, 2006. Disponível em

<<http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n1/ensaios.php>> Acesso em: 17 set. 2013.

SILVA, Rodrigo Carvalho da. História do Jornalismo: evolução e transformação. **Revista Temática** – Ano 8, n. 7 – Julho 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tematica/article/download/23677/12984>> Acesso em: 23 jun. 2015.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

ZAMBON, Rodrigo Eduardo. **Comunicação e educação para a cidadania**. Projeto de Monografia do Curso de Especialização em Comunicação Popular e Comunitária do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina. 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/rodrigoeduardozambon.pdf>> Acesso em: 05 ago. 2013.